alavanca 1

Segunda-feira, 9 de Dezembro de 1974

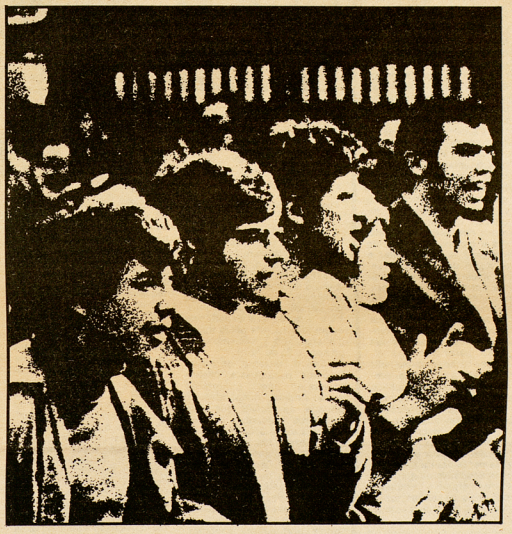
CDP - 2
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
5376
Nº

INTERSINDICAL
UNIDADE NA ACÇÃO
A FORÇA
DOS TRABALHADORES

UNIDADE
A VONTADE DOS TRABALHADORES

A unidade do movimento sindical português não é apenas uma tradição. É uma necessidade histórica. Para a defesa e fortalecimento da unidade sindical a consagração legal da unicidade será um contributo apreciável. Para a defesa e fortalecimento da liberdade democrática — a única que pode servir os interesses dos trabalhadores — a consagração da unicidade, juntamente com os princípios da independência, autonomia e democraticidade da organização e com a consagração do direito de acção sindical na empresa e a protecção legal de dirigentes e delegados sindicais, permitirá construir um movimento sindical possante, ao serviço da Classe Trabalhadora, do Povo Português e do País.»

Esta é a conclusão de um documento aprovado no Plenário da Intersindical Nacional de sábado passado, dia 30 de Novembro, culminando a discussão do Projecto de Lei de Associações Sindicais que, durante vinte dias, foi conduzida pelos Sindicatos.



CONTRA AS DIVISÕES

O Plenário veio, com efeito, proclamar publicamente, aquilo que, de certo modo, já se podia depreender: que os trabalhadores portugueses, independentemente da sua actividade profissional, não querem divisões e desejam defender uma das maiores aquisições da luta sob o fascismo — a sua unidade de classe, a unicidade do seu movimento sindical.

Até ao momento em que se realizou o Plenário de 30 de Novembro, havia já conhecimento, no total, de mais de 400 reuniões efectuadas em mais de 80 localidades diferentes, em que tinham participado, por igual, trabalhadores da agricultura, da pesca, da indústria e dos serviços públicos e privados. No conjunto, centenas de milhares de trabalhadores participaram activamente no processo de discussão pública do Projecto de Lei de Associações Sindicais proposto pelo Governo.

Correspondendo a uma antiga aspiração dos trabalhadores portugueses — que as leis que lhes digam respeito sejam previamente discutidas nas suas organizações de classe — o Ministério do Trabalho, no dia 10 de Novembro, pôs o referido Projecto à apreciação e discussão dos sindicatos e dos trabalhadores.

De início, o Governo propusera um prazo de 10 dias para essa discussão, mas, acedendo ao desejo por parte da Intersindical Nacional de submeter o referido Projecto à mais ampla discussão dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho prorrogou por mais diz dias o prazo de discussão inicial.

E embora o tema em debate não fosse novo as amplas massas de trabalhadores lançaram-se a fundo na discussão do Projecto de Lei, em reuniões de empresas, em reuniões de delegados sindicais, em assembleias gerais ou, ainda, em Plenários concelhios de trabalhadores. De Norte a Sul do País, foram os trabalhadores que disseram a sua palavra, abordando em concreto os problemas e as dificuldades com que deparavam, muitas vezes ao longo de muitas horas de discussão. Do mesmo modo, foi o Plenário da Intersindical Nacional realizado em Lisboa, com a participação de 300 delegados representando 150 sindicatos de todo o País, que recolheu o voto dos trabalhadores e o materializou nos textos aí aprovados — nomeadamente o documento sobre unidade e unicidade sidical a que já fizemos referência (aprovado sem votos contra e apenas com três abstenções).

Unidos com o futuro aos ombros

Unicidade sindical para os trabalhadores penhor da democracia para o povo

Pela sua importância, parece-nos oportuno citar alguns passos do documento sobre a unidade sindical aprovado no último Plenário da Intersindical Nacional.

Esse documento começou precisamente, por realçar a ligação estreita que existe entre a estrutura que vier a ser definida para o movimento sindical português e o futuro da própria democraica inaugurada pelo «25 de Abril» entre nós. Conscientes dos seus interesses de classe, os trabalhadores, ao abordarem a questão da unicidade sindical, tiveram também em conta e procuraram salvaguardar, do melhor modo, os interesses do povo português.

• Na situação actual em Portugal, a unidade da classe trabalhadora impõe-se, não apenas na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, mas também na conquista de condições mais favoráveis à satisfação futura das suas necessidades e interesses colectivos.

• O processo de democratização aberto pelo Movimento das Forças Armadas permite encarar amplas perspectivas de transformação social do País. Mas o processo de democratização não irá avante sem a intensa participação ou com a divisão dos trabalhadores portugueses, do mesmo modo que o seu advento não teria

Continua na pág. 2

editorial

«A alavanca sai no momento em que os trabalhadores portugueses acabam de reafirmar que escolhem a unidade. «ALAVANCA» estará ao serviço da unidade, porque está ao serviço dos trabalhadores. Como instrumento de trabalho da classe trabalhadora portuguesa na transformação da nossa sociedade. Como meio de congregar esforços, de unir, de realizar, de preparar para a acção.

Unidade, organização, democracia são os nossos lemas.

«ALAVANCA» está ao serviço dos trabalhadores, tendo presente que a **unidade na acção é a força dos trabalhadores!**

Os trabalhadores portugueses acabam de dar um alto exemplo de consciência de classe. No desenvolvimento da discussão do Projecto de Lei de Associações Sindicais, feita através de 450 reuniões, realizadas

Continua na pág. 10

QUEM NÃO QUER A UNIDADE SINDICAL

Por Augusto Silva

ULTIMAMENTE, o problema da unidade sindical tem vindo à tona como um dos problemas mais prementes da vida sindical e política portuguesa. E não há razão para menos, pela importância de que ele se reveste a todos os níveis, para a etapa actual e para o futuro da vida sindical e da vida dos trabalhadores.

Inúmeros sindicatos representando centenas de milhares de trabalhadores, tomaram já posição sobre este assunto. A Intersindical, expressão unitária do movimento sindical do nosso país, herdeira do passado de luta unida da classe operária e representando hoje mais de dois milhões de trabalhadores portugueses, tomou também uma posição muito clara sobre este assunto: **consagração legal do princípio da unicidade sindical.** Os trabalhadores portugueses, em centenas de reuniões, comícios, concentrações, tomadas de posição colectivas, etc., defenderam intransigentemente este princípio, porque sabem que ele corresponde aos seus interesses de classe, porque sabem que só unidos os trabalhadores saberão fazer frente ao patronato, à burguesia, ao capitalismo!

A experiência da sua condição de explorados, aquela que, nos tempos da feroz repressão, lhes ensinou a lutar unidos contra o patronato sempre arredio a aumentos de salários — por mínimos que fossem — e sempre pronto a recorrer às forças repressivas, ensinou à classe operária e a

Continua na pág. 4

CAMPANHA CULTURAL CONTRA O FASCISMO 12

alavanca

- **Director interino** — AVELINO GONÇALVES
- **Chefe de Redacção** — A. PEREIRA DA SILVA
- **Administração** — MANUELA SILVESTRE
- **Redacção e Administração:** Rua Vitor Cordon, n.º 1 — 3.º — Lisboa 2 Telef. 32 55 67/32 55 49
- **12 PÁGINAS**

MEDIDAS URGENTES CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA

Promover a aplicação imediata e integral do decreto das nacionalizações é, neste momento, uma reivindicação fundamental dos trabalhadores.

O controlo do poder económico pelo Estado, no quadro da estratégia antimonopolista definida na Programa do M. F. A. e a que directamente se obrigou o próprio Governo Provisório, torna-se indispensável e exige medidas enérgicas imediatas para impedir as manobras da contra-revolução. As classes trabalhadoras, que estão vitalmente interessadas no processo democrático em curso, e não estão dispostas as consentir que ele seja desvirtuado a favor do patronato ou sabotado pelos grandes grupos monopolistas, saudaram com alegria a decisão do Governo de nacionalizar as empresas privadas que, em certas circunstâncias, revelem uma actuação contrária aos interesses económicos do País.

Nos termos do decreto-lei emanado da Presidência do Conselho de Ministros, as empresas privadas, individuais ou colectivas, que não funcionem de modo a contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País e para a satisfação dos superiores interesses da colectividade nacional, poderão vir a ser assistidas pelo Estado ou mesmo sujeitas à intervenção directa daquele na sua gestão.

De acordo com o disposto neste decreto-lei, são considerados índices dessa situação anormal os seguintes: encerramento total ou parcial da empresa, com despedimento total ou parcial dos trabalhadores; despedimentos ou ameaça de despedimentos sem justa causa; abandono das instalações; significativa e injustificada diminuição do nível de investimentos ou da capitalização; reiterada falta de cumprimento dos seus compromissos; desvio de fundos da sua actividade corrente; redução dos volumes de produção não justificados em termos de mercado; empolamento injustificado das despesas gerais e de administração e ainda outras situações emergentes da conduta negligente ou má administração.

Quando houver notícia fundamentada de que se verifica qualquer destas situações, o Governo poderá ordenar um inquérito. Em face dos resultados do inquérito, confirmando-se alguma das referidas anomalias e concluindo-se ser do interesse nacional evitar a paragem da laboração, serão encaradas várias medidas, entre as quais a própria nacionalização da empresa. As empresas também poderão ser nacionalizadas nos casos em que o Estado, tendo decidido intervir na sua gestão para combater situações como as acima indicadas, vier a considerar prejudicial ao interesse público a restituição das mesmas aos antigos responsáveis pela sua administração.

Com este decreto-lei, o Governo criou as condições necessárias para actuar rapidamente contra a sabotagem económica tentada por certas grandes empresas nacionais e multinacionais. Mas, é preciso que este decreto-lei não seja letra morta. É preciso que ele seja imediatamente aplicado a todas as empresas (e são já muitas!) que estão a fomentar as situações de recessão referidas neste diploma. Impõe-se promover a abertura imediata dos inquéritos respectivos, e tomar as medidas de intervenção ou de nacionalização que forem exigidas pela defesa da nossa economia, pela defesa dos trabalhadores e de todo o Povo Português, pela defesa do processo democrático em curso e da Independência Nacional. É dever de todos os trabalhadores estar vigilantes, participando imediatamente ao Ministério do Trabalho tudo o que na administração das empresas lhes parecer suspeito, e reclamando a aplicação imediata e integral deste decreto-lei.

Desenho de Areias

O secretariado no plenário que decidiu a unicidade sindical

UNICIDADE

Continuação da pág. 1

sido possível sem toda a luta unitária dos trabalhadores pelo derrube do fascismo.»

Para a justa compreensão da estreita interligação existente entre o reforço organizativo do movimento sidical e o reforço da democracia, muito contribuiu a acção e a experiência adquiridas na luta pelos trabalhadores, sob o fascismo e logo após o 25 de Abril.

«Sob o fascismo, os trabalhadores portugueses desenvolveram uma importante acção sindical, independente e unitária, em defesa dos seus interesses mediatos, na luta contra a exploração capitalista e a opressão fascista. No próprio seio dos sindicatos corporativos, nas Assembleias Gerais, através da imposição de listas de confiança da classe, ou no seio das empresas, através da constituição de comissões de unidade, os trabalhadores portugueses souberam sempre desenvolver a acção sindical com um alto sentido de unidade. Após o «25 de Abril», tendo a exacta noção de que o fascismo, derrubado embora, não fora definitivamente vencido, os trabalhadores portugueses cimentaram essa unidade.

«Tomando a iniciativa no controlo dos antigos sindicatos fascistas, fazendo deles importantes centros de mobilização das massas, os trabalhadores portugueses têm feito da sua unidade um poderoso meio de sustentar e desenvolver a situação democrática. Impedindo a abertura de brechas na unidade, os trabalhadores portugueses não constituíram um único Sindicato paralelo, antes combateram e combatem quaisquer tentativas oportunistas de fazer dos Sindicatos um meio de influência ao serviço de valores alheios, senão contrários, aos interesses dos trabalhadores (...).

«Ao contrário, os trabalhadores portugueses, nestes curtos meses de liberdade, souberam desenvolver as suas redes de delegados sindicais, criar comissões de delegados sindicais nas empresas, dinamizar cada sindicato constituir Uniões de Sindicatos em cada distrito e pôr de pé uma verdadeira confederação independente e unitária, ao serviço dos trabalhadores e do País — a Intersindical Nacional.»

«O direito ao sindicato é um direito de classe»

O Secretariado da Intersindical, no documento aprovado no Plenário do sábado passado, aponta também os perigos reais, para o movimento dos trabalhadores, da hipótese do direito ao pluralismo sindical vir a ser reconhecido na Lei, a coberto de um conceito abstracto de liberdade.

«O problema do pluralismo não se punha, nem se pôs nunca, por iniciativa dos trabalhadores. Como de igual modo não se pôs o problema da unicidade.

«O decurso do tempo veio a provar que os trabalhadores não podiam confiar apenas na sua vontade de unidade. Pelos interesses de uns e a incompreensão de outros, começaram a surgir posições públicas de forças exteriores aos trabalhadores procurando dividir o movimento sindical, difundindo o princípio do pluralismo da organização. Fizeram-se sob falsos pretextos, como o do domínio do movimento sindical por cúpulas dirigistas. Como se em liberdade sindical os trabalhadores consentissem que outros que não os seus legítimos representantes estivessem à testa do movimento sindical. Como se entre os trabalhadores um dever de solidariedade e uma absoluta necessidade de unidade não nos apontasse sempre a luta pelos processos democráticos adentro de toda a organização em vez do seu abandono — e do abandono dos menos esclarecidos — às mãos dos oportunistas. Como se não houvesse entre os trabalhadores a comunidade de interesses bastante para que sempre se imponha o diálogo, a crítica e o esclarecimento mútuo, o companheirismo franco e leal.

«Ora foi em face dessas sucessivas tentativas de divisão do seu movimento sindical por forças que lhes são estranhas, que os trabalhadores, através dos seus Sindicatos, federações e da Intersindical, puseram claramente **o problema da consagração legal do princípio da unicidade** (o sublinhado é nosso. N.R.). Porque compreenderam que os trabalhadores não se encontram sós: antes enfrentam os seus próprios inimigos de classe — aqueles que os têm explorado e continuam a explorar (...). Compreendendo isto, os trabalhadores tinham o direito, e os dirigentes sindicais o dever, de reclamar que a lei negasse o pluralismo sindical — pluralismo esse que é hoje a única forma de esses adversários da classe trabalhadora fazerem surgir a sua contrafacção de Sindicatos. Ao fazê-lo, os trabalhadores e a sua organização sindical estão perfeitamente conscientes de que defendem a autêntica liberdade.

«A liberdade não é um conceito abstracto. A liberdade tem um conteúdo de classe (...). Temos de distinguir a liberdade do liberalismo. Temos de escolher entre o passado e o futuro. Temos de escolher — já escolhemos — contra a opressão e pela liberdade. Entre as liberdades fundamentais dos trabalhadores conta-se a liberdade sindical. Do conceito de liberdade sindical faz parte integrante o direito ao Sindicato. O direito ao Sindicato é um direito de raiz colectiva, **um direito de classe.** Um direito de que a classe deve dispôr no seu conjunto.

Os trabalhadores têm os mesmos interesses de classe

«Alguns defendem o pluralismo sindical por semelhança com o pluralismo político. Trata-se de uma farsa ou de uma confusão. O pluripartidarismo tem como justificação, exactamente, a existência de classes sociais (...). Muito diferentemente, ao movimento sindical porque é próprio de uma só classe, não corresponde, de modo nenhum, o pluralismo organizacional.

«A dinâmica do movimento sindical pressupõe que a diversidade de opiniões viva no seu próprio seio-como forma de dinamizar o movimento e unificar a acção dos trabalhadores. O debate entre opiniões diferentes no seio do Sindicato serve a unidade dos trabalhadores — porque estes têm os mesmos interesses de classe. Por isso é que o objectivo estratégico do movimento sindical é a unidade dos trabalhadores na luta em defesa dos seus interesses — condição indispensável para o seu triunfo.»

E a concluir: «A unidade do movimento sindical português não é apenas uma tradição. É uma necessidade histórica. **Para a defesa e fortalecimento da unidade sindical a consagração legal da unicidade será um contributo apreciável-** (o sublinhado é nosso. N.R.).

Outros pontos reivindicados

Embora a questão da unicidade ou do pluralismo da organização sindical tenha sido o ponto central da apreciação do Projecto de Lei feita pelos trabalhadores, outras reivindicações das bases acabaram por se reflectir nas deliberações finais do Plenário da Intersindical Nacional sobre o Projecto de Lei das Associações Sindicais.

Aprovada na generalidade a «consagração do princípio da unicidade a todos os níveis da organização sindical», foram ainda propostas pelos trabalhadores outras adendas ou reformulações ao referido Projecto: «alargamento do âmbito pessoal da aplicação directa da Lei Sindical, tendo em conta as tradições de luta sindical dos trabalhadores das empresas fabris do Estado e outros servidores do Estado»; «agravamento das sanções para os casos de violação do princípio de independência dos sindicatos relativamente ao patronato e aos partidos políticos»; «alargamento dos períodos de tempo livres para o exercício de funções sindicais por parte dos dirigentes e delegados sindicais»; «alargamento das garantias de protecção de dirigentes e delegados sindicais»; «alargamento do número de delegados sindicais com direito ao crédito de horas»; «justificação legal das faltas dadas por delegados sindicais ou outros militantes sindicais quando requisitados ao serviço do sindicato»; «definição clara dos principais conceitos utilizados ao longo do articulado»; «disposição de normas que permitam a reestruturação democrática dos sindicatos na base de ramos de indústria ou de actividade» e, muito significativamente a «filiação sindical obrigatória» (por insistência, sobretudo, dos trabalhadores da província ou de sectores de actividade recentemente sindicalisados — trabalhadores agrícolas, nomeadamente).

Fazendo o ponto do Plenário de 30 de Novembro, o Secretariado da Intersindical, no Texto-Base apresentado na Conferência de Imprensa do passado dia 2 (em que estiveram presentes, pelo Secretariado, José Gaspar, dos Ferroviários do Centro; José Augusto Costa, dos Gráficos do Porto; Álvaro Rana do Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica; José Luís Judas, dos Empregados de Escritório de Lisboa; Sequeira Nunes dos Empregados de Seguros do Porto; Avelino Gonçalves dos Bancários do Porto; e Rui Lucas pela União dos Sindicatos de Aveiro, concluía:

«A conlusão principal de toda a discussão feita é exactamente essa: **os trabalhadores reclamam, pode dizer-se que por unanimidade, que a lei disponha a unicidade da organização sindical.** Estamos convictos de que estão criadas as condições para que o Governo Provisório consagre na lei esse princípio, certo de que assim serve verdadeiramente a liberdade dos trabalhadores. **Ao consagrar a unicidade e lei reflectirá a vontade da Classe Trabalhadora portuguesa, assim servindo os interesses do Povo Português e fortalecendo as condições favoráveis à democratização do País.»**

Operárias conserveiras

UNIDADE E VIGILÂNCIA

A luta das operárias conserveiras pelos seus legítimos interesses estendeu-se a todo o Algarve, respondendo com a greve à recusa obstinada dos industriais em satisfazerem as suas reivindicações.

As negociações, que de há muito se arrastavam, foram interrompidas no dia 11 de Novembro por iniciativa exclusiva do patronato que não quer ceder um palmo. Posteriormente, no dia 27 do mesmo mês, realizou-se no Ministério do Trabalho uma reunião entre os representantes dos Sindicatos Conserveiros e os representantes dos industriais de conservas de peixe sem que se tivesse conseguido ultrapassar o impasse criado pelo patronato desde a primeira reunião.

Fundamentalmente, o que exigem as operárias conserveiras é o seguinte:

— 24 horas certas de trabalhoo semanal;

— 96 horas de salário como subsídio de Natal;

— mais $60 por hora;

— fim do sistema fascista das cadernetas que obrigam um trabalhador a prestar serviço ao mesmo patrão durante uma temporada completa.

As operárias conserveiras ganham presentemente 15$90 por hora e o seu horário varia consoante há, ou não, trabalho ou então segundo os interesses do patrão — resultando daí que num dia a operária pode trabalhar duas horas e no dia seguinte fazer catorze. — Não beneficiam de nenhumas regalias. Por tudo isto, não se poderá dizer que reivindicações deste tipo sejam exageradas.

Dando conta das negociações efectuadas, recentemente, em Lisboa e devido às quais se deslocou à capital uma delegação do Sindicato das Conserveiras acompanhada por uma delegação das trabalhadoras, realizaram-se domingo passado reuniões em Olhão e Portimão onde os dirigentes sindicais deram conta dos últimos acontecimentos ao mesmo tempo que aguardavam a resolução do conflito a nível governamental.

Nessas reuniões, que agrupalhadoras, os dirigentes sindicais puseram ainda em destaque que tinham recebido ajuda monetária não só da Intersindical como do representante de um partido da coligação governamental.

MANOBRAS EVITADAS

Entretanto, em Portimão, alguns industriais pretendiam exportar a mercadoria que tinham em armazém, dando origem a que as operárias formassem piquetes de greve junto às portas das fábricas, tanto mais que nesta altura os industriais têm muitas encomendas e se as puderem satisfazer com toda a produção que as operárias manufacturaram ultimamente e que estava armazenada, isso representaria uma derrota para estas.

Deste modo os piquetes de mulheres mantiveram-se vigilantes e naiguns casos (a Fábrica S. Francisco, por exemplo) descarregaram camionetas que se preparavam para partir cheias de latas de conservas.

Referindo-se ao piquete que tinha feito durante a noite de sábado dizia-nos a operária Florinda das Dores Lopes, da Conserveira Liberdade que, com 42 anos de idade, trabalha naquela profissão desde os 14:

— **Foi com satisfação que fiz o piquete pois pensei que a trabalhar para as minhas colegas. Mas ao mesmo tempo senti-me enraivecida ao verificar que os patrões nem aquela insignificância nos queriam dar. Sinto-me sempre contra eles e ao lado das minhas camaradas de trabalho. Naquela noite passei muito frio, mas tivermos muitagente a ajudar-nos.**

Muitas foram as operárias que participaram nesses piquetes, revesando-se na vigilância para que os patrões não dispo-

nham a seu bel-prazer do trabalho que fizeram. A unidade que têm demonstrado na sua luta é o caminho que leva à vitória.

Entretanto, a justiça das reivindicações das operárias conserveiras de Setúbal e do Algarve foi reconhecida numa portaria do Ministério do Trabalho, na qual se dá satisfação à maior parte das aspirações da classe. Quando foi anunciada a decisão daquele membro do Governo as operárias conserveiras de Setúbal resolveram acabar com a greve, e no Algarve foram também levantados os piquetes de greve. No decurso do fim-de-semana, organizaram-se manifestações de regozijo pela decisão ministerial que fica a assinalar mais esta vitória da unidade dos trabalhadores em prol da defesa dos seus justos direitos.

avanca

NO MUNDO

Por Blasco H. Fernandes

ECONOMIA NA R.D.A.

Constituem estas notas as primeiras de uma série que temos a intenção de escrever sobre a República Democrática Alemã (R. D. A.). Estes apontamentos baseiam-se em dados colhidos por ocasião de uma recente visita de quinze dias que fizemos àquele país, integrados numa delegação de sindicalistas agrícolas da Intersindical e a convite da Confederação dos Sindicatos Livres Alemães (F. D. G. B.).

Durante essa visita, cujo programa intensivo visou em particular o contacto e o estudo das diferentes formas de organização económica da agricultura e da respectiva organização sindical dentro da estrutura da F. D. G. B., tivemos oportunidade de dialogar com cooperativistas e com trabalhadores de granjas do Estado, desde operários até engenheiros, discutindo problemas concretos relativos à actividade de produção, à sua participação na elaboração e execução do plano e à própria organização e estrutura social e estatal da R. D. A. Da todas as conversas travadas e dos estudos efectuados, trouxemos informações elucidativas sobre salários, férias, casas de repouso dos trabalhadores, assistência na saúde, habitação, utilização dos tempos livres dos operários, etc. Fomos igualmente portadores de dados relativos ao desenvolvimento económico da R. D. A., desde a derrota do nazismo até aos dias de hoje. Cada uma das questões mencionadas será brevemente apresentada ao leitor a fim de que, pela sua divulgação, essa visita tenha efectivamente um carácter colectivo. De momento, no entanto, vamos apresentar alguns aspectos da economia da República Democrática Alemã, que a colocaram em oitavo lugar entre os países industriais do mundo.

Se lançarmos mão dos indicadores mais importantes do desenvolvimento económico geral, como sejam, por exemplo, o rendimento nacional, a produção industrial e agrícola, etc., e, sobretudo se acompannharmos a sua evolução a partir da fundação da R. D. A., facilmente verificamos o ritmo acelerado como se tem desenvolvido e progredido este país.. Na verdade, entre 1950 e 1973, o rendimento nacional total, a preços constantes, quase que quintuplicou, tendo passado de cerca de 27,2 biliões para 126,7 biliões de marcos. A parte da riqueza nacional que coube a cada habitante também progrediu bastante, tendo sido de 1500 marcos no ano de 1950 e de 7500 marcos em 1973, ou seja, cinco vezes mais.

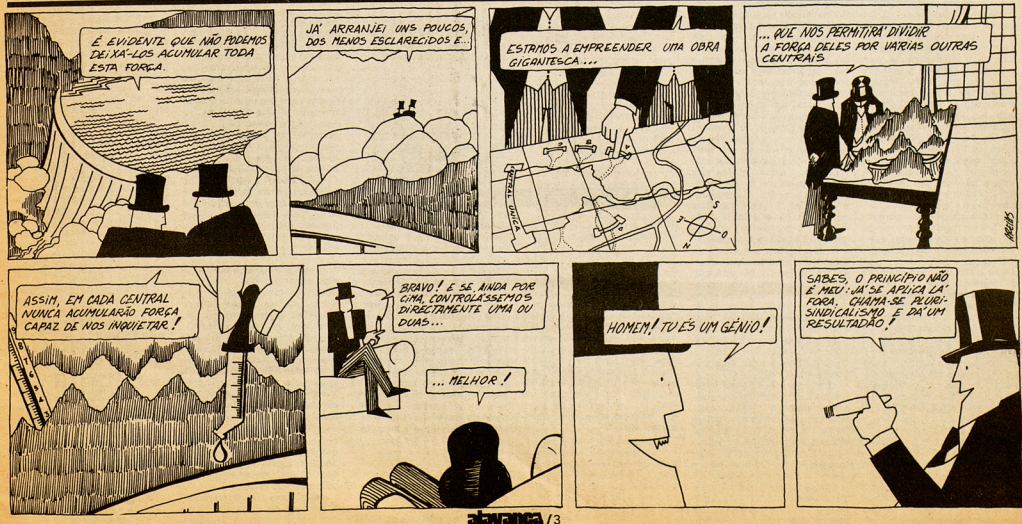
Anos	Rendimento nacional total	Rendimento nacional por habitante	Rendimento nacional por trabalhador
	1960 = 100		
1950	38	36	40
1955	71	68	70
1960	100	100	100
1965	118	120	121
1970	153	155	155
1971	160	162	162
1972	169	171	171
1973	178	181	180

A riqueza produzida por cada trabalhador, cuja evolução dá ideia de como se modificou a direcção da economia e a organização do trabalho e dos trabalhadores, também deu um salto importante em cerca de 25 anos, tendo passado de 4200 marcos em 1950 para 18.900 marcos em 1973.

Para se ter um conhecimento mais claro do modo como progrediu a economia da R. D. A. durante aquele período de tempo, damos no quadro seguinte a evolução do rendimento nacional total, por habitante e por trabalhador.

A indústria foi o sector que mais contribuiu para a formação da riqueza nacional, com mais de 60 por cento do total desta, seguindo-se-lhe o comércio interno com 13 por cento e em terceiro lugar a agricultura com 11 por cento aproximadamente.

Este desenvolvimento não foi devido apenas à técnica, embora ela tivesse sido importante. A intervenção consciente do homem esteve na base das vitórias alcançadas pela economia da R. D. A. não só na elaboração da política económica adoptada como nas diferentes fases que garantiram o processo de desenvolvimento. Os trabalhadores da R. D. A. e os respectivos sindicatos desempenharam um papel decisivo no levar por diante a tarefa do desenvolvimento do país. Como afirmá H. Kramer, o objectivo do trabalho dos sindicatos na R. D. A. é o de aumentar o nível de vida material e cultural dos operários, empregados e trabalhadores intelectuais na base de um rápido aumento da produção socialista, da sua eficiência, do progresso científico e técnico e finalmente do crescimento da produtividade do trabalho. A Confederação dos Sindicatos Livres Alemães exerce uma grande influência nesse sentido como veremos em artigos seguintes.



Contratação colectiva

Corticeiros

EM 24 de Outubro foi acordado um novo Acordo Colectivo de Trabalho entre os representantes dos Sindicatos dos Corticeiros e os Grémios daquele sector profissional.

Este A.C.T. tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Setembro e vigorará para um prazo máximo de seis meses. Apesar do acordado, o Contrato Colectivo de Trabalho do sector será obrigatoriamente revisto, no seu conjunto a partir de Janeiro de 1975.

Do ponto de vista das novas tabelas salariais verificaram-se aumentos nas remunerações entre 50 e 70 por cento em relação aos salários anteriormente vigentes. Assim os salários para homens oscilarão entre 4800 e 5000 escudos, enquanto que os das mulheres variarão entre 3400 e 3500 escudos. Os aprendizes de idades compreendidas entre os 14 e 18 anos receberão, por seu turno, salários compreendidos entre 40 e 85 por cento dos quantitativos mensais estabelecidos para os trabalhadores do sexo masculino.

No novo A. C. T., de âmbito nacional e que passará a beneficiar 25 mil trabalhadores, incluem-se também cláusulas sobre a retribuição das horas extraordinárias, sobre os subsídios de férias, de Natal e de deslocação e ainda, sobre o direito ao gozo de férias (24 dias para os trabalhadores com mais de um ano de serviço).

Outro direito garantido pelo presente A. C. T. dos Operários Corticeiros é o da possibilidade dos trabalhadores poderem frequentar qualquer instituição de ensino, tendo, para o efeito, direito a duas horas diárias de dispensa de serviço, sem prejuízo de retribuição e de outras regalias sociais.

Nos termos do A. C. T. é, por outro lado, constituída uma comissão técnica «para estudo da situação e reestruturação de todo o sector da indústria corticeira» (que, convém lembrá-lo, ocupa um dos lugares mais destacados da balança de pagamentos do país). Essa comissão será composta por seis representantes dos Sindicatos dos Operários Corticeiros, outros seis das empresas (que deverão entregar todas as informações necessárias ao trabalho da referida Comissão) e por técnicos delegados pelo Ministério da Economia.

Lutando pelos seus interesses e direitos nomeadamente pela salvaguarda do seu direito ao trabalho — os Operários Corticeiros do Sul, compreenderam também a importância da sua vigilância em relação a quaisquer medidas de sabotagem económica num sector como o seu, que é um sector de certa importância para a economia portuguesa: a inclusão da constituição de uma Comissão Técnica para a «reestruturação da industria corticeira» no seu novo A. C. T., é bem prova disso.

Ourives

A nova tabela salarial acordada entre o Sindicato dos Ourives, Relojoeiros e Ofícios Correlativos do distrito de Lisboa e a firma S. Esteves Pereira, Ld ª, com um leque de vencimentos que vai de 1 800$00 (aprendizes dos primeiros três meses) a 7 000$00 (monitores) entrou em vigor a partir do dia 1 deste mês.

Este acordo de trabalho proíbe ainda, em condições relativamente vantajosas para os trabalhadores, os despedimentos sem justa causa.

Outros pontos aprovados: trinta dias de férias (com um subsídio a 100 por cento para os trabalhadores com mais de um ano de casa), subsídio de Natal e 13.º mês (nas mesmas condições dos subsídios de férias).

No novo acordo é ainda estabelecido um horário de 45 horas semanais que vigorará até ao estabelecimento de outras disposições legais sobre a matéria.

Rurais de Almeirim

DEPOIS de um dia de greve foi aprovado no passado dia 2 de Setembro um Contrato Colectivo de Trabalho entre a Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do concelho (distrito de Santarém) e os representantes dos agrários da região.

Este Contrato vigorará em todo o concelho de Almeirim e abrangerá todos os trabalhadores agrícolas permanentes e «efectivos», ficando, todavia, sem efeito logo que seja promulgada qualquer convenção ou legislação que, em relação à presente convenção, venha beneficiar os trabalhadores.

Eis algumas das reivindicações satisfeitas no presente C. C. T. que terá a validade de um ano (a partir de 1 de Setembro de 1974): proibição de despedimentos sem justa causa, só podendo os empresários utilizar mão-de-obra exterior ao concelho desde que não exista desemprego para os trabalhadores do respectivo concelho (por outro lado «todo o empresário agrícola que, por falta de mão-de-obra no concelho, a tenha de recrutar noutras regiões cumprirá o estipulado neste contrato»); estabelecimento de um período normal de 44 horas semanais (36 horas nos meses de Dezembro e Janeiro) e remuneração das horas de trabalho extraordinário; direito a 15 dias de férias anuais; definição de salários mínimos para tractoristas (1 200$00), homens (1 020$00) e mulheres (750$00).

Convém ainda salientar que no novo C.C.T. dos trabalhadores agrícolas do concelho de Almeirim se precisa que os menores de «16 anos que faça o mesmo trabalho que os adultos devem receber um salário igual aos dos próprios adultos.

Trabalhador: Este é o teu jornal. Escreve-nos, informando dos problemas que te afectam, a ti e aos teus companheiros!

QUEM NÃO QUER A UNIDADE SINDICAL

Continuação da pág. 1

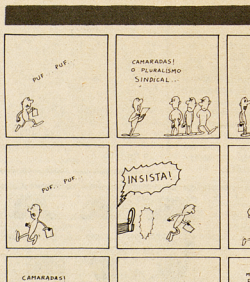
todos os trabalhadores o valor e a força da unidade. Nada de mais natural, de mais lógico e normal, que os trabalhadores tratarem dos seus problemas, do **seu movimento sindical**, pois ele é uma arma nas suas mãos na luta contra o capital, contra o patronato, por uma sociedade mais justa e onde o poder de decisão e os benefícios do trabalho venham para aqueles que, trabalhando, tudo produzem na sociedade.

Até aqui tudo vai bem. O que parece anormal à primeira vista (e só à primeira vista) é que aqueles que, nada tendo a ver com os trabalhadores e com a classe operária, pretendam agora (porque antes ninguém os viu nem ouviu) mostrar-se preocupados com os problemas dos trabalhadores. Onde andariam estes senhores antes do 25 de Abril? Nunca ninguém os viu, nem muito nem pouco, preocuparem-se com os problemas dos trabalhadores, com a sua luta por melhores condições de vida, contra a exploração e a miséria que abundava nas casas dos operários do nosso país! Outros ainda, não cessam de bradar pelos jornais e outros meios de comunicação a sua posição pessoal e a sua pretensa condição de **conhecedores dos problemas dos trabalhadores e do sindicalismo**, o seu saber e engenhosidade na invenção de novas e apressadas fórmulas de condução da luta de classes (que conhecem pela leitura, nos bons e luxuosos gabinetes) para assim tentarem enganar aqueles que, no dia-a-dia, lutam e defendem verdadeiramente a sua condição de proletários. Há quem seja, e teime em ser, curto de vista...

Mas a quem não serve realmente a unidade sindical, a força unida dos trabalhadores na luta política e na luta sindical? À burguesia! E quem diz à burguesia diz ao patronato, e quem diz ao patronato diz ao capitalismo! Este é o problema principal. Efectivamente, ontem como hoje, tudo o que foi unidade dos trabalhadores, a qualquer nível que fosse, não serviu os interesses do capitalismo. A divisão dos trabalhadores, a nível político ou sindical, essa sim, serviu e serve os interesses do capitalismo, dos seus explradores. Não parece, pois, anormal que o capitalismo, a burguesia e os seus lacaios, directa ou indirectamente, queiram ou pretendam dividir os trabalhadores a nível sindical, jogando assim uma alta cartada no momento presente, investindo no futuro. A história do movimento operário e sindical está cheia de episódios destes, na luta que sempre opôs oprimidos e opressores, explorados e exploradores. Se os trabalhadores escaparam à influência dos partidos burgueses ou aburguesados, às organizações burguesas e outras, a burguesia procura sempre dividi-los, para depois agir directamente no seu seio, procurando assim minar a confiança dos trabalhadores nas suas próprias forças. Os trabalhadores sabem — e a burguesia também — que pelas suas condições de existência e de trabalho o proletariado, de entre todas as classes oprimidas, é o que é mais suceptível de atingir o mais alto nível de organização e de consciência. Ele é o intérprete mais consequente dos interesses de todos os trabalhadores, manuais ou intelectuais, explorados pelo capitalismo. Por isso, a burguesia e os seus arautos não cessam de o tentar dividir, tentando chamá-lo à influência das suas ideias.

O movimento sindical internacional, a experiência, por vezes amarga, da classe operária e dos sindicatos noutros países, dão-nos exemplos flagrantes sobre o que se esconde por detrás de certas afirmações e atitudes tendentes a dividir o movimento sindical.

Em 1947, a França vivia um dos momentos mais importantes da sua história. Dois anos apenas após o fim da Segunda



Banda desenhada de Tomé

Guerra Mundial que libertara uma parte da Europa das garras do fascismo, o patronato francês, que dera todo o apoio ao Governo fascista de Vichy e a Hitler (antes Hitler que o Governo Popular — diziam eles) encontrava-se ameaçado nos seus privilégios de classe. O programa do Conselho Nacional da Resistência previa, no quadro da luta antimonopolista, uma série de nacionalizações e a entrega efectiva à nação dos grandes meios de produção nos sectores de energia, companhias de seguros, bancos, siderurgia, transportes, etc.

Sabotando por todos os meios a efectiva aplicação destes programa, o grande capital, com a ajuda de partidos reaccionários no Parlamento e de alguns homens no Governo, e ainda com a ajuda do imperialismo norte-americano, procurava diminuir a amplitude destas medidas ao mesmo tempo que aumentava a feroz exploração da classe operária francesa. Os trabalhadores franceses possuíam a força suficiente para impedir as tentativas da reacção, desde que mantivessem e reforçassem a sua unidade de classe. Foi contra esta unidade que a burguesia lançou todas as suas energias e recursos financeiros.

Em 1967, em entrevista concedida ao jornal americano «Los Angeles Times», o sr. Thomas Braden, alto responsável da C. I. A. (Central Intelligence Agency) (1) e assistente do seu director sr. Allen Dulles, confirmou que **avultadas somas foram concedidas a vários sindicatos franceses, italianos e alemães a fim de provocarem cisões na movimento sindical.** Em 1947, prossegue o sr. Braden, **a C. G. T. (2) francesa organizou em Paris uma greve (3) que ameaçava paralisar a economia. Utilizando os serviços da A. F. L.-C. I. O.** (Federação Americana de Trabalho — mas na realidade secção do departamento de Estado americano (e) para o trabalho sindical), **Irving Brown foi destacado para França para organizar a central francesa «Force Ouvrière», (4) com fundos fornecidos primeiramente por David Dubinsky presidente do Sindicato Internacional dos operários da confecção e posteriormente pela C. I. A. Foi assim que começou a distribuição de fundos, estendendo-se logo em seguida à Itália. Dois milhões de dólares por ano eram entregues a esses sindicatos considerados sólidos.** E a concluir disse ainda o sr. Thomas Braden, referindo-se aos conselhos dados aos seus agentes infiltrados em organizações internacionais: **limitem os vossos subsídios às despesas que podem fazer normalmente organismos privados. Não utilizem senão organismos existentes, procurem preservar a sua dignidade não os obrigando a apoiar em todos os aspectos a política americana oficial, escondam a importância dos interesses americanos.**

O sr. Brown é um personagem também já nosso conhecido pois já esteve, pelo menos duas vezes, em Portugal depois do 25 de Abril.

Iniciada no PTT (Correios e Telefones) de França a cisão dos Force Ouvriére levantou anos depois enorme celeuma entre os trabalhadores deste mesmo sector, levando muitos deles a abandonar aquela confederação francesa. No jornal «A Voz Sindicalista dos PTT» que pertence à mesma Force Ouvriére, o sr. Molinier, que foi secretário administrativo dessa Confederação, foi obrigado, por pressão dos trabalhadores do sector, a revelar muito do que se passou com os fundos recebidos da C. I. A. e também do Conselho Nacional do Patronato Francês.

Em 15 de Dezembro de 1949, o sr. Lejeune, delegado da C. N. P. F. declarava que **de entre as acções clandestinas do C. N. P. F. a que melhor tinha sido levada a cabo tinha sido precisamente a que levou à cisão sindical da Force Ouvriére. Dois anos de esforços deramnos explêndidos resultados**, disse ele com orgulho.

O capitalismo tirou as lições das pesadas derrotas que os trabalhadores lhe infligiram em todos os países, por isso ele aperfeiçoa os seus métodos de pressão ideológica sobre as massas trabalhadoras recorrendo a diversas manobras de demagogia social, tentando travar a sua justa luta. Mas também a classe operária tira as lições da sua luta, das suas derrotas, dos seus erros e dos erros dos seus irmãos de classe de outros países.

Será ainda necessário perguntar a quem não interessa a unidade sindical?

A bom entendedor estas palavras bastam!

(a) Ministério Negócios Estrangeiros americano.
(1) C. I. A. — Serviços de espionagem norte-americanos
(2) C. G. T. — Organização sindical unitária francesa da qual saiu Force Ouvriére.
(3) Greve aliás sabotada por Force Ouvriére. Recusando consultar os trabalhadores nas empresas, como fora proposto pela C. G. T., os dirigentes da fracção F. O. encontram-se secretamente com representanes do Governo e do C. N. P. F. e lançam uma campanha contra a justa greve dos trabalhadores franceses
(4) **Force Ouvriére** — Organização sindical apoiada pelos americanos e representando hoje uma ínfima minoria em França.

A solidariedade que veio de Itália

A solidariedade activa dos trabalhadores italianos aos trabalhadores portugueses foi posta em relevo quando da visita ao nosso país de Mário Giovanini, dirigente da Confederação Geral Italiana do Trabalho, que veio oferecer à Intersindical um exemplar do valioso álbum de gravuras de grandes artistas europeus antifascistas, inteiramente dedicado à luta pela libertação em Portugal, e editado por aquela confederação com vista a angariar fundos para a Intersindical portuguesa. A apresentação desta colecção de obras de arte realizou-se no decorrer duma conferência de Imprensa em que estiveram presentes Avelino Gonçalves e José Gaspar, pela Intersindical, o referido dirigente sindical italiano Mário Giovannini, e o pintor português Henrique Ruivo, que durante muitos anos viveu exilado em Itália e que também participou com trabalhos seus nesta iniciativa.

A iniciar a conferência de Imprensa, Avelino Gonçalves apresentou Mário Giovannini, sublinhando que, para além da importante ajuda material que ele trazia aos trabalhadores portugueses, expressa em cerca de duzentos e cinquenta contos (produto da venda de 35 dos 70 exemplares que constituem a tiragem limitada desta obra), se devia considerar antes de tudo o alto significado de solidariedade assim manifestada quer pela C.G.I.L, quer pelos artistas que colaboraram, quer por outras forças democráticas e sindicais italianas. Mário Giovanini, por sua vez, falando em nome de milhões de trabalhadores italianos, saudou fraternalmente os trabalhadores portugueses e em especial a Intersindical, «única organização dos trabalhadores portugueses existente em Portugal, antes e após o 25 de Abril». Referiu-se depois largamente à tradição de solidariedade antifascista às forças democráticas portuguesas, dos trabalhadores e intelectuais progressistas italianos, na qual a iniciativa deste álbum artístico se enquadra. Citando outros aspectos das relações entre as forças progressistas de ambos os países, Mário Giovanini referiu a participação clandestina de delegações de trabalhadores portugueses nas festas unitárias do 1.º de Maio realizadas em Itália, anteriormente ao 25 de Abril; as entrevistas concedidas por dirigentes sindicais italianos à Rádio Portugal Livre; a recolha de milhares de assinaturas em postais exigindo das autoridades fascistas portuguesas a libertação dos presos políticos. Mais recentemente, apenas 10 dias antes do 25 de Abril, preparava-se a vinda a Portugal duma delegação unitária italiana com vista a exercer pressão sobre o Governo fascista para a libertação dos presos políticos.

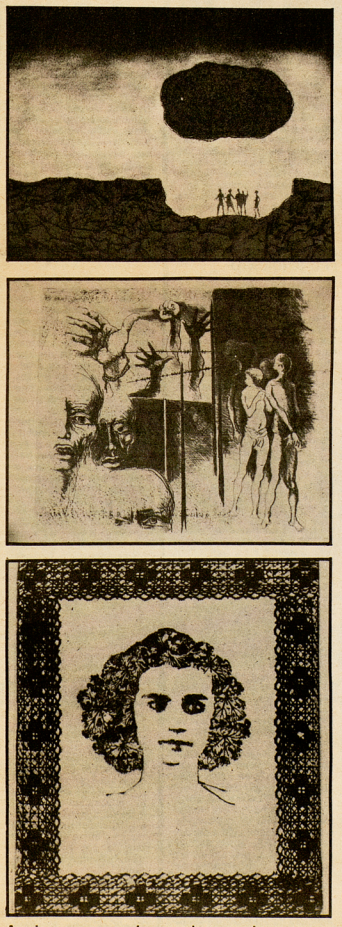
Giovanini salientou por outro lado que nesta solidariedade antifascista sempre foram envolvidos, juntamente com o povo português, os povos das colónias que lutavam e lutam pela sua completa libertação. Ao mesmo tempo, exprimiu a sua alegria e a de todos os trabalhadores da C.G.I.L., pela forma como a situação tem evoluído em Portugal desde o 25 de Abril, tendendo à consolidação da Liberdade e da Democracia e à descolonização total e completa.

«Hoje, afirmou, graças à aliança talvez única na História entre o Movimento das Forças Armadas, a classe operária e o Povo Português, tendes o caminho aberto para uma verdadeira independência». A propósito, manifestou o desejo de oferecer «às valorosas Forças Armadas (marinheiros, soldados e oficiais)» um exemplar do álbum artístico, idêntico ao oferecido à Intersindical.

E a certa altura, aludindo à crise do 28 de Setembro, disse textualmente: «Não escondemos que no 28 de Setembro também trememos. Escutámos as vossas transmissões pela Rádio, e quando ouvimos a inesquecível canção Grândola compreendemos com emoção que o movimento continuava e que o fascismo não passaria na prova de força que tinha tentado. Sabemos pela nossa própria experiência que o inimigo não desarma». O camarada Giovanini apelou depois para a vigilância constante da classe operária e de todos os trabalhadores: «A vigilância nunca é demasiada. A reacção tentará por outras formas — pela boicotagem económica, pelo encerramento de fábricas, pela criação de sindicatos amarelos que rompam a unidade sindical dos trabalhadores portugueses, por provocações diversas — que não conseguiu alcançar abertamente pela força. Temos uma larga experiência destes aspectos no nosso país, e por isso vos dizemos que deveis estar sempre alerta e mobilizados na luta contra a reacção».

O camarada Giovanini fez ainda um apelo à solidariedade internacionalista da classe operária em todo o mundo, referindo a situação no Chile, no Vietname do Sul, a luta do povo palestiniano e dando conta das grandes lutas unitárias que se estão a travar em Itália para barrar o caminho a golpes reaccionários, alguns tentados ultimamente, mas sem êxito. Terminando as suas vigorosas declarações, o camarada Giovanini acentuou que neste segundo encontro com a Intersindical e com os trabalhadores portugueses, após o 25 de Abril, ficou a conhecer na sua verdadeira dimensão os progressos da organização sindical portuguesa. «A Intersindical, disse Giovanini, é a verdadeira expressão da unidade sindical dos trabalhadores portugueses. Aproveitámos este encontro para nos conhecermos melhor e estreitar laços de colaboração dentro da maior independência das duas centrais sindicais. Num futuro próximo faremos uma nova visita à Intersindical: será mais uma ocasião para reforçar as nossas posições de internacionalismo e de solidariedade».

Seguidamente, o pintor Henrique Ruivo apresentou as obras e os artistas representados no álbum, tendo acentuado «a militância muito activa dos artistas antifascistas italianos, que estão quotidianamente na primeira fila da solidariedade internacionalista».



As imagens reproduzem algumas das gravuras incluídas no álbum editado pela C. G. I. L. e cujo produto da venda em Itália se destina à Intersindical portuguesa. O álbum é constituído por um poema de Pablo Neruda, dedicado a Portugal, um poema desenhado (liricografia) de Rafael Alberti, e doze águas-fortes da autoria de Augusto Murer, Carlo Cattaneo, Carlo Quattrucci, Carlo Levi, Henrique Ruivo e Alberto Sughi

NOTÍCIAS

Presença em Varsóvia

«A Intersindical coloca neste momento toda a experiência da luta dos trabalhadores do sector privado ao serviço dos trabalhadores de Estado e função pública» — afirmou Américo da Costa Pereira, membro do secretariado da União dos Sindicatos do Sul, no encontro dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Serviços Estatais, que decorreu em Varsóvia (Polónia), de 12 a 14 de Novembro, com a participação de 44 delegados de 26 países da Europa, Ásia, África e América Latina.

Foram convidadas e estiveram presentes organizações sindicais filiadas e associadas nas três centrais internacionais — F. S. M., C. M. T. e C. I. S. L. A Organização Internacional de Trabalho (O. I. T.) também se fez representar neste encontro, que, organizado pela União Internacional dos Sindicatos da Função Pública e Similares, proporcionou uma ampla troca de informações sobre os problemas dos trabalhadores da função pública dos vários países ali representados.

Elemento de apoio ao sector da função pública no secretariado da União dos Sindicatos do Sul, Américo da Costa Pereira, delegado de Portugal ao encontro, leu uma mensagem da Intersindical e traçou um quadro da situação dos trabalhadores da função pública do nosso país.

Pondo em destaque as novas condições criadas pelo 25 de Abril, Costa Pereira descreveu os esforços desenvolvidos pela Intersindical para que, pela primeira vez em 48 anos, os 330 000 trabalhadores portugueses da função pública se organizem sindicalmente e possam conquistar e institucionalizar «amplas liberdades e direitos sindicais, profissionais, sociais e políticos».

Banco Mundial

Na sequência de anteriores contactos com membros do Governo, associações patronais e outras entidades, a delegação do Banco Mundial, que recentemente se deslocou ao nosso país em missão de informação, esteve na sede da Intersindical onde se reuniu com o respectivo secretariado. Ao encontro estiveram presentes, pelo Banco Mundial, o seu vice-presidente, Munier Benjenk, e os economistas Otto Maiss e Willem F. Nijhof, acompanhados pelo dr. Manuel Moura, do Ministério das Finanças, e pela Intersindical Nacional os camaradas Avelino Pacheco Gonçalves e Antero Martins. Durante a reunião foram abordadas nomeadamente questões de emprego, salários, contratação, organização sindical e investimentos. No final, o vice-presidente do Banco Mundial agradeceu a entrevista e manifestou a sua convicção de que, ao fim de longos anos de interrupção de relações, havia, finalmente, perspectivas de o Banco Mundial, no quadro dos seus objectivos gerais, vir a prestar uma ajuda concreta à nossa economia.

Colóquio sobre emigrantes

Entre 21 e 30 de Outubro teve lugar em Genebra um «colóquio sobre as necessidades dos trabalhadores emigrantes em matéria de educação operária», realizado pelo Bureau International du Travail (B.I.T.).

A convite daquela Organização, a Intersindical Nacional fez-se representar por Américo da Costa Pereira que participou activamente nos trabalhos.

Partindo do princípio que «o emigrante é sobretudo um trabalhador antes de ser um estrangeiro, e que a sua educação não deve assumir aspectos de ajuda paternalista nem de alienação cultural», foi analisado o importante papel que o movimento sindical tem na formação e educação dos trabalhadores emigrantes.

Sobre o assunto, Américo da Costa Pereira declarou-nos:

Procurou-se estreitar as relações entre as organizações sindicais, verdadeiramente democráticas, dos países de origem dos emigrantes e dos países de estadia, com vista a uma melhor defesa dos direitos dos trabalhadores emigrantes, e sua participação activa para uma verdadeira formação operária.

Por outro lado, **focou-se a importância de lutar contra a tentativa do patronato e do capital de pôr em conflito os trabalhadores emigrantes com os trabalhadores do país de estadia.**

Este colóquio, não sendo, de forma alguma, um sancionamento da emigração como é feito nos países de economia capitalista, foi importante por apontar soluções, mais prementes e imediatas, sem perder de vista os objectivos da classe trabalhadora a longo prazo.

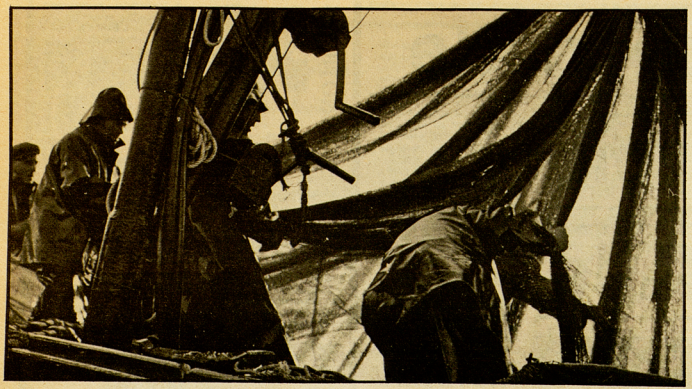


Foto de Rui Pacheco

Peniche

PESCADORES CONSTROEM SINDICATO

Os pescadores de Peniche lançaram-se decididamente na via da construção de um Sindicato unitário, de âmbito nacional, dos pescadores portugueses. Para já, foi constituída, em Peniche, a Comissão Pró-Sindicato dos Pescadores de Peniche, embrião do futuro Sindicato dos Pescadores de Peniche

A jornada de dia 2 de Outubro, que coincidiu com um domingo, foi uma jornada memorável de unidade, acção e convívio entre os trabalhadores e o capitão Costa Martins, ministro do Trabalho do actual Governo Provisório

Nessa grande reunião, estiveram presentes centenas de pescadores, tendo muitos deles levado as suas próprias famílias. Também estiveram naquele domingo em Peniche, a convite dos pescadores da vila, além do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, o camarandante Silvano Ribeiro (que foi há dez anos capitão do porto de Peniche e que, neste momento, faz parte da Junta de Salvação Nacional), o secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, o secretário de Estado do Emprego, eng. Fragata, alguns funcionários da Comissão Administrativa da Junta Central da Casa dos Pescadores, um representante do secretariado da Intersindical Nacional, Avelino Gonçalves e ainda delegados das comissões de pescadores de Sesimbra e Lagos. Durante toda a reunião, caracterizada pela camaradagem e pela informalidade, foram particularmente acarinhados o ministro do Trabalho e o comandante Silvano Ribeiro.

Na sua breve intervenção, o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, referiu-se ao baixo nível de vida da classe pisctória que, com os trabalhadores agrícolas, declarou construir uma das camadas mais desfavorecidas da população trabalhadora portuguesa. Salientando a necessidade, na estrita aplicação do espírito e da letra do Programa do M.F.A., de melhorar urgentemente as condições de vida dos pescadores e das suas famílias, o ministro do Trabalho apoiou calorosamente o interesse dos pescadores em criarem uma associação sindical que defendesse os seus interesses, garantindo-lhes ainda todo o seu apoio para a concretização desse desejo.

Avelino Gonçalves, em nome do Secretariado da Intersindical, por seu turno, realçou a importância de que se revestia a organização sindical de um secctor profissional como o dos pescadores — de grande importância para toda a nação —, e, salientando o significado da unidade sindical, manifestou a solidariedade de todos os trabalhadores portugueses à iniciativa dos pescadores (que beneficiaria não só a sua classe, mas sim todo o movimento sindical português). O representante da Intersindical assinalou ainda o alto significado da presença naquela reunião de elementos do M.F.A. e, nomeadamente, do capitão Costa Martins, cuja presença à frente do Ministério de Trabalho — salientou — «tem servido os interesse gerais do nosso Povo e o estreitamento da aliança entre as massas populares e o M.F.A.».

Na sua intervenção, Francisco Palminha, vogal da Comissão Sabido Administrativa da Junta Central das Casas dos Pescadores, abordou, sobretudo o tema da unidade sindical. A certa altura, afirmou:

«Um sindicato é um organismo de defesa dos interesses de classe. É algo que está acima de todos os credos políticos e religiosos. Vai englobar católicos, ateus, socialistas, comunistas, centristas, etc.. Está aparte de todos os partidos políticos. Não poderá seguir princípios de nenhuma organização política ou religiosa. A sua orientação será exclusivamente a do interesse dos seus associados.

Estará sempre do lado dos explorados e contra os exploradores. Orientar-se-á pela decisão colectiva dos seus membros, tomada em Assembleia e da qual depois a Direcção dará execução.

É neste sentido que se diz que um Sindicato sem ser político, quer dizer, sem carpartidária, faz no entanto política. Faz a política dos seus membros, faz a política do explorado contra o explorador.

Neste princípio, o Sindicato conservará a sua primeira grande arma: **a unidade**, a unidade de todos os seus associados, à roda do interesse de todos.»

Lembrando, a seguir, que a divisa fascista tinha sido «dividir para reinar», Francisco Palminha referiu-se à própria constituição de um Sindicato de Pescadores tendo, então declarado: «A vocês, amigos, compete a última palavra, mas não me parece que tereis a ganhar com a multiplicação de Sindicatos. Parece que o correcto, é fazer-se tudo para se criar uma estrutura Nacional. Naturalmente que esse Sindicato Nacional terá estruturas regionais, porque no Norte, no Centro e no Sul há centros de pesca com predomínios de tipos de pesca diferente, e, portanto, com problemas diferentes. Mas isso não significa que vamos criar 20 ou 30 pequenos sindicatos, à maneira dos fascistas ou até à maneira de algumas democracias ocidentais, cujo intuito é a divisão dos trabalhadores: que ganhariam amigos com Sindicatos de Pesca Artesanal, Sindicatos de Pesca de Arrasto, Sindicatos de Pesca da Sardinha? Não, amigos, parece-me que se iria por caminho errado.

É a vós que compete decidir, mas talvez tereis a ganhar se se agruparem por regiões e arranjarem uma Direcção Nacional.

É afinal o que se tem feito noutros ramos, e ao que me parece com vantagens.

Portanto, a vossa segunda grande arma é afinal igual à primeira: A Unidade.

A unidade, esta palavra unidade, parece ser a chave que abrirá a porta à democracia em Portugal. Unidos tereis tudo a ganhar. Unidos podereis juntar-vos à grande massa dos trabalhadores sindicalizados deste País.»

A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO

O ponto mais alto da reunião talvez tenha sido, no entanto, a própria eleição e constituição da Comissão Pró-Sindicato dos Pescadores de Peniche.

Para já, essa Comissão Pró-Sindicato terá os seguintes objectivos: lançar as bases da organização e mobilização da classe, com o fim da constituição de um Sindicato dos Pescadores de Peniche, criando, para o efeito, as organizações e estruturas necessárias; elaboração dos estatutos do futuro Sindicato, promovendo a sua legalização junto ao Ministério do Trabalho; representação e negociação de acordos e contratos de trabalho, e defesa dos interesses dos trabalhadores, enquanto não estiver constituído o Sindicato e eleitos os seus corpos gerentes; salvaguarda do carácter unitário, independente e democrático, das estruturas sindicais criadas e promoção da sua filiação na Intersindical.

Nessa reunião foi também realçada a necessidade de se contruir uma estrutura sindical unitária, a nível nacional, que abrangesse as diferentes classes de pesca (arrasto, artesanal, sardinha) e que englobasse as diversas estruturas sindicais regionais (do Norte, Sul e Centro).

O Pró-Sindicato dos Pescadores de Peniche pode ser, sem dúvida, um elemento dinamizador da organização sindical de toda a classe pisctória a nível nacional e se o conseguir, se os pescadores de todo o País acompanharem e pensarem a sua linha de acção, caminhos mais amplos e mais favoráveis se abrirão para toda a classe pisctória e para o povo português.

Do mesmo modo, todo o movimento sindical português beneficiará da estruturação sindical dos pescadores do nosso país. Em todas as frentes é preciso, neste momento, organizar, unir, reforçar os laços da solidariedade e acção, de modo a criar sempre as melhores condições para a luta das classes trabalhadoras na defesa dos seus direitos e pela construção de uma sociedade profundamente democrática e justa.

O QUE É

INTERSINDICAL

1. A Intersindical é um movimento sindical, unitário e independente, que, neste momento, reune mais de 200 sindicatos, representando para cima de dois milhões de trabalhadores.

A Intersindical é unitária, e isto quer dizer que nela estão trabalhadores de diferentes credos religiosos e de diferentes partidos políticos. Assim como os que exploram os trabalhadores estão unidos contra eles, assim os trabalhadores devem estar unidos contra os que os exploram.

A Intersindical é independente, porque o que lhe interessa é defender os interesses dos trabalhadores e não estar atrelada ao Estado ou qualquer partido político.

2. O carácter unitário da Intersindical explica que ela não se filie em nenhuma das confederações sindicais internacionais. Assim se procura defender a unidade sindical portuguesa da divisão de raiz ideológica que afecta o movimento sindical mundial.

Não quer isto dizer que a Intersindical seja apolítica. A sua política é a defesa dos interesses dos trabalhadores, e, por isso, é uma organização democrática. Mas, não sendo apolítica, também não é partidária. Não vai defender posições, porque este ou aquele partido defende esta ou aquela posição. Vai defender, sim, as posições que melhor servirem os interesses dos trabalhadores e do país.

3. A Intersindical é o conjunto das comissões sindicais, dos sindicatos, das federações, das uniões sub-regionais, das uniões regionais. O seu órgão máximo é o plenário de sindicato.

As comissões sindicais são constituídas pelos delegados do sindicato ou dos vários sindicatos que representam os trabalhadores de cada empresa. Destinam-se a coordenar e incentivar a actividade sindical na empresa e ainda a estabelecer uma ligação rápida e eficaz entre as direcções dos sindicatos e os trabalhadores representados.

As comissões sindicais são a primeira pedra da criação dos sindicatos por sectores de actividades. Como se sabe, presentemente em cada empresa os trabalhadores estão representados por diferentes sindicatos, consoante as profissões. Trabalha-se para a reestruturação dos sindicatos, de modo a representarem todos os trabalhadores dum mesmo ramo de actividade numa

Continua na última página

O movimento dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, após o 25 de Abril, tem sido, em muitos aspectos, exemplar. Ao mesmo tempo que se desenvolveu uma actividade virada para a criação de estruturas sindicais, começaram-se a discutir as principais reivindicações a apresentar pelos trabalhadores agrícolas aos agrários da região. Foi todo este trabalho organizativo que levou à assinatura da primeira Convenção Colectiva de Trabalho para os assalariados rurais do nosso país. Convenção essa que, por seu turno, foi utilizada como exemplo de luta pelos trabalhadores agrícolas de outros distritos alentejanos — em Évora e Portalegre, nomeadamente.

O movimento reivindicativo dos assalariados rurais alentejanos não nasceu, todavia, só depois do 25 de Abril. Desde há muito que ele existe e, com maior ou menor vivacidade, conforme as próprias circunstâncias em que decorria a luta, sempre soube manter a chama da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e pela conquista de melhores condições de trabalho e de vida para o povo trabalhador dos campos.

Para termos uma ideia do que foi, do que tem sido essa luta travada nos campos do Alentejo bastará recordar as árduas greves do período da 1.ª Guerra Mundial, a luta pelo pão durante os terríveis anos da fome (de 1945 a 1946) e, já em 1962, a luta pela jornada

Rurais de Beja

UNIDADE LUTA ORGANIZAÇÃO

O movimento dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, após o 25 de Abril, tem sido, em muitos aspectos, exemplar. Ao mesmo tempo que se desenvolveu uma actividade virada para a criação de estruturas sindicais, começaram-se a discutir as principais reivindicações a apresentar pelos trabalhadores agrícolas aos agrários da região. Foi todo este trabalho organizativo que levou à assinatura da primeira Convenção Colectiva de Trabalho para os assalariados rurais do nosso país. Convenção essa que, por seu turno, foi utilizada como exemplo de luta pelos trabalhadores agrícolas de outros distritos alentejanos — em Évora e Portalegre, nomeadamente.

O movimento reivindicativo dos assalariados rurais alentejanos não nasceu, todavia, só depois do 25 de Abril. Desde há muito que ele existe e, com maior ou menor vivacidade, conforme as próprias circunstâncias em que decorria a luta, sempre soube manter a chama da luta pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e pela conquista de melhores condições de trabalho e de vida para o povo trabalhador dos campos.

Para termos uma ideia do que foi, do que tem sido essa luta travada nos campos do Alentejo bastará recordar as árduas greves do período da 1.ª Guerra Mundial, a luta pelo pão durante os terríveis anos da fome (de 1945 e 1946) e, já em 1962, a luta pela jornada das 8 horas de trabalho.

Hoje, no entanto, levantam-se aos trabalhadores agrícolas do Alentejo e de todo o País mais amplas perspectivas de luta. Neste momento, nos campos começa a definir-se, cada vez mais, uma nova correlação de forças. Essa correlação de forças é caracterizada por duas conquistas fundamentais, obtidas pelos trabalhadores agrícolas depois de 25 de Abril: por um lado, o estabelecimento da contratação colectiva para os assalariados agrícolas (base muito importante para a luta contra o desemprego periódico e crónico) e, por outro lado, a formação de Sindicatos distritais dos Trabalhadores Agrícolas (já em estruturação em diversos distritos do Sul e do Centro; Beja, Évora, Portalegre, Faro, Santarém e Setúbal).

ORGANIZAÇÃO

A primeira reunião de trabalhadores agrícolas de vários concelhos do distrito de Beja, efectuou-se a 2 de Junho e tinha por objectivo a organização do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito. No seguimento dessa reunião, realizaram-se assembleias de âmbito concelhio em que se formaram comissões pró-sindicato locais e se discutiram as principais reivindicações a apresentar aos grandes agrários do distrito.

A 19 de Junho é assinada a primeira convenção de trabalho dos assalariados agrícolas do distrito de Beja. Num comunicado então distribuído, o Secretariado da Comissão Distrital do Pró-Sindicato comentou do seguinte modo esse facto: «trata-se, como é evidente, de uma grande vitória dos trabalhadores agrícolas do concelho que, pela primeira vez, vêem aprovada uma convenção de trabalho, ou seja um documento em que as jornas e as condições de trabalho ficam estabelecidas com o seu acordo e por um dado período de tempo». Analisando as condições dessa vitória, afirmava ainda o Secretariado: «a nossa vitória teria sido possível se a nossa classe não tivesse aparecido unida e organizada perante os agrários, se não tivesse aparecido firmemente disposta a lutar pelas justas reivindicações dos trabalhadores... É esta a lição que todos os trabalhadores agrícolas do nosso distrito devem tirar desta vitória do concelho de Beja, para que cada dia que passe se reforce a unidade e a organização sindical da nossa classe».

As Convenções assinadas no distrito — e regulamentadas por uma Portaria (com a data de 21 de Agosto) do Ministério do Trabalho — eram válidas, no entanto, só até 30 de Setembro. Embora os trabalhadores, através das suas estruturas sindicais, procurassem imediatamente acordar novas Convenções de Trabalho, os agrários da região preferiram sempre levar as negociações a um impasse, pressionando o Sindicato para que este aceitasse os termos da Convenção entretanto assinada no distrito de Évora que eram, em muitos aspectos, inferiores ao já anteriormente regulamentado no distrito de Beja.

Face a este impasse, a direcção — entretanto eleita — do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Beja retirou-se das negociações com os representantes dos agrários, entregou ao Governo Provisório um memorando sobre a situação naquele distrito e organizou para o dia 25 de Outubro uma manifestação de trabalhadores em frente da delegação do I. N. T. P. de Beja. Cerca de sete mil trabalhadores agrícolas participaram nessa manifestação, correspondendo aos apelos da direcção do seu Sindicato. Convocado sob as palavras de ordem *Queremos trabalhar para aumentar a produção! Queremos cultivar as terras incultas ou mal exploradas!*, essa manifestação tinha por objectivo chamar a atenção do Governo Provisório e do Primeiro-Ministro para os graves problemas de trabalho que se viviam naquela região.

Toda esta movimentação veio criar condições políticas mais favoráveis à luta dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja.

A 5 de Novembro é assinada pelo secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, uma portaria que regulamenta o trabalho agrícola no distrito de Beja e que correspondia, na grande maioria das suas cláusulas, ao C. C. T. celebrado entre os representantes dos agricultores e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito. Um dos aspectos mais salientes dessa regulamentação estava no facto de ela vigorar de 1 de Outubro deste ano até 30 de Setembro do próximo ano.

Entre as cláusulas dessa regulamentação instituia-se o horário semanal de 45 horas, fixavam-se remunerações mínimas para a jorna de 8 horas (tractoristas - 190$00, indiferenciados - 160$00 e mulheres - 120$00), procurava-se garantir a não efectivação de despedimentos sem justa causa e criavam-se comissões de colocação de trabalhadores (que promovessem a sua colocação «em número necessário à exploração efectiva e rentável das propriedades do distrito de Beja»).

Embora não se possa deixar de salientar que o problema dos assalariados rurais só poderá ser verdadeiramente resolvido através de uma reforma agrária que restitua a terra àqueles que a trabalham, convém, no entanto, realçar que as medidas já adoptadas no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais do nosso país devem ser acompanhadas por outras medidas que iniciem a tão necessária reestruturação da agricultura portuguesa.

Hoje, em perspectivas mais favoráveis e nunca esquecendo o que já foi conquistado, a luta dos assalariados rurais continuará até à vitória final!

ELECTRÓNICA:

Mão-de-obra barata e apoio de forças repressivas para impedir as justas reivindicações dos trabalhadores são as condições exigidas pelas multinacionais para instalarem em país estrangeiro as suas fábricas. Por isso o seu interesse, demonstrado desde sempre pelo Portugal fascista, e o seu pesar pela via de democratização iniciada pelo povo português em 25 de Abril.

Contando com a colaboração do Governo fascista os grandes grupos multinacionais, I.T.T., Applead, Signetics, entre outros, instalaram aqui as suas fábricas, sobretudo nas zonas rurais onde se tornava mais fácil recrutar a mão-de-obra, na maior parte feminina. Trabalho delicado mas que não exige grande técnica — apenas a saúde da trabalhadora — pode ser feito por jovens raparigas, de 14 e 16 anos. Pouco importa que elas arruínem a vista. Interessa, sim, é que durante os poucos anos em que trabalham ganhem pouco e produzam muito para que os lucros sejam maiores.

Com a vitória das forças antifascistas, em 25 de Abril, essas condições desapareceram em parte. Acabaram as forças repressivas, os trabalhadores podem reivindicar, livremente, melhores condições de trabalho e os grandes grupos multinacionais desinteressam-se de Portugal. Partem para outras paragens onde contam ainda com a colaboração de regimes repressivos: Formosa, Brasil e outros países da América Latina, a nossa vizinha Espanha. Querem partir, mas só depois de terem tentado todos os possíveis para criar o caos económico em Portugal, como fizeram no Chile, tentando impedir o processo de democratização em curso.

Daí os despedimentos ou a redução de horários de trabalho criando condições de subemprego. Por isso o não cumprimento de Contratos Colectivos de Trabalho acordados após o 25 de Abril, na sequência das lutas que, apesar da repressão, se processavam há muito.

A luta é aanterior ao 25 de Abril, diz-nos um trabalhador da I.T.T., semicondutores, Pereira da Mota. Apesar da repressão fascista os trabalhadores do sector da electrónica exigem melhores salários, a negociação de um novo Contrato. Este Contrato previa em relação às operárias um salário inicial de 3000 escudos. Já nessa altura as empresas fizeram ameaças, que iam fechar as fábricas, que despediriam pessoal... e o C.C.T., apesar de aprovado em Tribunal Arbitral, foi congelado pelo Ministério das Corporações.

«Foi só a seguir ao 25 de Abril que o Contrato foi homologado. As empresas aceitaram, apanhadas de surpresa, mas, pouco tempo depois, começavam os despedimentos. Primeiro foi a Applead que, após algum tempo de luta encerrou a sua fábrica, tendo o director em Portugal, um americano, feito a entrega das chaves ao Ministério do Trabalho regressando a seguir à sua terra. Por seu turno, a I.T.T. propôs o despedimento de algumas centenas de trabalhadores, reduzindo o período de laboração a um turno. O que implicava para os que ficavam perda de regalias, além de mais meia hora de trabalho. E para aliciar os trabalhadores, ofereciam aos que se despedissem, além das indemnizações legais, mais um mês de salário.

«Podemos considerar que tudo isto se insere num esquema destinado a criar problemas económicos ao País, e, ao mesmo tempo, tentar virar os trabalhadores contra o Governo Provisório.

«O problema não diz apenas respeito aos trabalhadores do sector pois, nalguns casos, pode arrastar atrás de si problemas graves para muitos outros ramos de actividade económica dependentes daquelas empresas, lançando, assim, indirectamente, para o desemprego outros trabalhadores». Isto disse-nos outro trabalhador, Emídio Fernandes, este da Gill, que acrescenta: «Neste momento registaram-se já os seguintes despedimentos: Automática, 400; Bosch, 110; Texas Instrumentos, 110; I.T.T., 750; Signetics, 1100; Applead, 600; Facel, 200; Creator, 80; D.S. Electronica, 40».

SOLIDARIEDADE

Perante esta ameaça das multinacionais, interessadas em travar o processo de democratização em que actualmente está interessado todo o povo português, só a união e solidariedade das massas trabalhadoras pode servir de travão a um regresso do fascismo. Os trabalhadores devem unir-se e organizar-se pois só assim poderão fazer face às manobras reaccionárias.

Foi essa unidade e solidariedade que permitiu aos trabalhadores da Gill obterem uma grande vitória sobre a administração impedindo que se concretizasse a ameaça de despedimentos.

«Em Agosto passado, — diz-nos Emídio Fernandes —, a administração da Gill despediu 172 trabalhadores. Mas estes recusaram-se a abandonar a fábrica, com o apoio dos seus camaradas. A administração, perante esta prova de firmeza e de unidade dos trabalhadores voltou atrás readmitindo os trabalhadores despedidos, e prontificou-se perante o Ministério do Trabalho a criar novos empregos, através de um aumento de investimentos na fábrica. Em contrapartida, foi-lhes facultada pelo Governo a isenção de certos direitos de exportação».

Foi também em finais de Agosto, poucas semanas antes da tentativa fascista de 28 de Setembro que uma outra firma anunciou o despedimento de 50 por cento do seu pessoal, ou seja, cento e dez trabalhadores.

«A firma Robert Bosch — diz-nos Pires Sebastião, trabalhador daquela firma —, fornece matéria-prima para toda a indústria de electrodomésticos, em Portugal, pelo que a sua paralisação poderá arrastar para o desemprego cerca de 3000 trabalhadores em todo o País».

Segundo os trabalhadores da Bosch, e direcção ordenou que fosse devolvida a mercadoria que tinha em armazém e na alfândega, num valor de 16 mil contos. Consideram ainda que as vendas dos produtos que a Bosch pensa deixar de fabricar não está em recessão, ao contrário do que afirma a direcção alemã.

Aqui também a administração, para tentar vencer a resistência dos trabalhadores, ofereceu indemnizações superiores às estipuladas chegando, nalguns casos, os trabalhadores a poderem receber indemnizações de cerca de 150 contos, 75 no acto do despedimento e o restante três meses depois. Mas também os trabalhadores resistiram a recusaram as indemnizações, mesmo aqueles que se queriam ir embora por encontrarem outro emprego. Assim o quiseram os trabalhadores reunidos em plenário. Decidiram ainda não aceitar que seja negociado qualquer despedimento individual sem que estejam presentes e participantes nas conversações, a Comissão de Trabalhadores e os Delegados Sindicais.

VASCO GONÇALVES

PÁTRIA É POVO EM CARNE E OSSO

«QUANDO esses briosos oficiais se compenetraram de que os problemas militares estavam indissoluvelmente ligados aos problemas económicos, políticos e sociais, eles verificaram que não tinham outro caminho a seguir senão o de fazer uma revolução que libertasse Portugal do estado em que vivia» — disse o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, num discurso que proferiu de improviso na Academia Militar.

O Chefe do Governo referia-se às circunstâncias que determinaram a criação do M. F. A. e o 25 de Abril. Depois de caracterizar o ensino obscurantista e fascista antigamente ministrado naquela Academia, o brigadeiro Vasco Gonçalves definiu vigorosamente a verdadeira disciplina militar: «a disciplina consentida, aquela que resulta de relações de fraterna camaradagem».

«A disciplina exterior, prosseguiu o Primeiro-Ministro, deve ser consequência da disciplina interior. Doutro modo não é disciplina. No meu tempo cultivava-se muito a disciplina exterior. É necessário que os oficiais andem bem uniformizados, bem engraxados, com os botões limpos. Mas é muito mais necessário que andem com as consciências tranquilas e senhores dos seus deveres para com a sua Pátria. (...) E no meu tempo havia gente que dava relevo às botas em relação à consciência».

Outro ponto a que o Primeiro-Ministro deu bastante importância no seu discurso foi o das relações entre os militares e a vida política. A este respeito afirmou: «O homem antes de ser militar é um cidadão. Todo o cidadão é político. Essa coisa de se dizer que os militares são apolíticos é falsa. (...)

Simplesmente, no Exército não cabem as lutas partidárias. Isso faz parte da nossa servidão militar que é uma das nossas honras.

É necessário que tenhamos consciência disso. Nós servimos o nosso povo, e para que o nosso povo possa escolher livremente os seus destinos é necessário que não nos embrenhemos em lutas partidárias». E mais adiante: «Nós temos também o direito de voto. Nós saberemos amanhã em quem voltar, por quem optar. Mas nós não devemos trazer as lutas partidárias para dentro dos quartéis, nem, lá fora, enquanto ao serviço activo, podemos tomar posição destacada dese ponto de vista. Porque nós somos os homens que temos as armas, utilizamos as armas, e essas armas só podem ser utilizadas ao serviço do nosso povo.

Finalmente, a concluir o seu brilhante improviso, Vasco Gonçalves exortou todos os seus camaradas das Forças Armadas a terem confiança no futuro do País, futuro que está agora a ser construído: «Tenham uma grande confiança, não obstante todas as dificuldades que temos, todos os inimigos que temos. Tenham uma grande confiança no futuro da nossa Pátria, porque está a ser forjada por todos nós, e isso era necessário que fosse feito — que a Pátria pudesse ser forjada por todos os portugueses».

Foto de Rui Pacheco

MILITÂNCIA NO LOCAL DE TRABALHO

Noutra ocasião, na sessão de encerramento dos encontros de trabalho realizados na Estação Agronómica de Oeiras, em que participaram cerca de 400 técnicos de todo o País, cal que o Primeiro-Ministro voltou a teresses, galvanizar para acentuar da todo o seu

a necessidade de desenvolver acções de natureza conjuntural capazes de actuar eficaz e rapidamente na difícil situação em que vive e trabalha a nossa população agrícola. O brigadeiro Vasco Gonçalves falou da necessidade de cada trabalhador ser um militante no seu local de trabalho, dizendo a dado passo do seu discurso, proferido de improviso: «Se cada homem que daqui sair, ou cada mulher, forem polos de irradiação das ideias positivas que aqui se forjarem, que aqui se elaborarem, que aqui se formularem, irão transmitir essas ideias a outros homens e contribuir para uma verdadeira revolução cultural entre os portugueses, que é preciso realizar».

Referindo-se depois concretamente aos problemas da agricultura, o Chefe do Governo afirmou: «Nós não podemos de facto desenvolver o País sem muito trabalho — sem o trabalho dos trabalhadores, sem o trabalho dos empresários. Não podemos desenvolver o País pedindo só o esforço das massas trabalhadoras. Temos, também de tocar nas estruturas defeituosas que encontrámos, em particular na agricultura. Estamos dispostos a fazê-lo».

Por fim, renovou o seu apelo à militância activa de todos: «A minha mensagem seria que cada um de vós fosse um militante, não obstante as condições difíceis de cada um. Difíceis no aspecto dos salários, no aspecto familiar, no aspecto das condições adversas em que se vive. Mas se cada um for um militante compenetrado, que nas suas oito horas de trabalho exerça uma influência benéfica em sua volta, esse homem estará a contribuir eficazmente para o progresso da nossa Pátria».

NOTICIÁRIO NACIONAL

• FISCALIZAÇÃO DA BANCA

FORAM fixadas por Decreto-Lei as normas que regulam a acção dos delegados do Banco de Portugal junto da Banca Privada. Estes delegados têm por função assegurar uma melhor observância das orientações fixadas pelo Governo e pelo Banco de Portugal na política do crédito, por forma a torná-la mais consentânea com o interesse nacional.

• TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO ARROZ

A secretaria de Estado da Segurança Social enviou para o «Diário do Governo» uma portaria pela qual os operários e empregados da indústria do arroz passam a ter a sua Caixa de Previdência integrada na Previdência distrital, a partir de 1 de Janeiro de 1975. Esta medida enquadra-se numa linha de orientação que visa a construção dum sistema integrado de segurança social, ao contrário da política seguida pelo regime fascista, que fomentava a pulverização das Caixas de Previdência e respectivas delegações distritais. Os distritos abrangidos por esta integração são os de Aveiro, Beja, Coimbra, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Porto e Lisboa.

• ARRENDAMENTO RURAL

Pelo Decreto-Lei n.º 573/74 determinou-se a renovação automática de todos os contratos de arrendamento e subarrendamento rural cujo prazo de duração terminava entre 9 de Outubro findo e a data de publicação da futura lei de arrendamento rural. Tendo surgido dúvidas quanto à aplicação desse Decreto-Lei ao caso particular dos contratos de campanha, foi enviado ao Conselho de Ministros um projecto de diploma onde se estabelece a regulamentação desses contratos.

• CONTRA OS DESPEDIMENTOS

POR Decreto-Lei emanado da Presidência do Conselho de Ministros, as empresas privadas poderão vir a ser nacionalizadas sempre que, tendo entrado em situação de desequilíbrio económico que motive a intervenção directa do Estado na sua gestão, este entender que é contrário ao interesse público restituí-las aos antigos responsáveis pela sua (má) administração. Entre as causas que podem motivar a intervenção do Estado, contam-se os despedimentos sem justa causa.

• SINDICÂNCIA AO S. N. E.

POR despacho do ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, foi ordenada uma sindicância ao Serviço Nacional de Emprego. A decisão tomada por aquele membro do Governo fundamenta-se no facto de grande número de processos relativos ao S. N. E., submetidos a despacho da Secretaria de Estado do Emprego, darem situações irregulares que levantam sérias dúvidas quanto ao normal funcionamento do Serviço Nacional de Emprego.

• TRABALHADORES RURAIS

A fim de obstar à situação criada pelo desinteresse de grande número de trabalhadores rurais em se inscreverem nas respectivas Casas do Povo, ficando assim impedidos de beneficiar do regime de pensões previstas na Previdência, foi exarado um despacho pelo Secretário de Estado da Segurança Social que permite aos interessados remediar a situação. Assim, para o efeito de concessão de pensões de invaliz e velhice, os trabalhadores não inscritos ou remissos no pagamento das respectivas quotas poderão regularizar o seu caso e auferir desses benefícios, mediante o pagamento facilitado das quotas em atraso.

• 13.º MÊS PARA O FUNCIONALISMO PÚBLICO

Foi confirmado oficialmente que não têm fundamento boatos postos a correr segundo os quais não seria pago este ano o 13.º mês aos funcionários públicos. O gabinete do Ministério das Finanças denunciou tais boatos, como manobras reaccionárias tendentes a desacreditar a situação financeira do Estado, e garantiu que o 13.º mês será pago pontualmente ao funcionalismo público.

• FOMENTO DA HABITAÇÃO

A fim de prover às despesas extraordinárias a efectuar através do Fundo de Fomento da Habitação, com vista a dar execução às medidas já anunciadas de fomento em matéria de política habitacional, foi aberto um crédito especial no montante de um milhão e duzentos mil contos, a favor do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.

• PREVIDÊNCIA

POR despacho do secretário de Estado da Segurança Social, o direito à assistência médica e medicamentosa, abono de família e prestações complementares, garantido pelo Decreto 411/74 aos trabalhadores desempregados, passa a ser extensivo aos antigos pensionistas de invalidez novamente considerados aptos para o trabalho, enquanto se mantiverem desempregados. Este despacho é também aplicável a trabalhadores rurais e pescadores. Igualmente passam a garantir-se aos familiares respectivos idênticos benefícios.

• REQUISIÇÃO DE TÉCNICOS

SEGUNDO um projecto de diploma legal aprovado em Conselho de Ministros, podem vir a ser requisitados temporariamente pelo Estado indivíduos dos quadoros das empresas privadas, mediante prévio acordo. O referido diploma, através do qual se salvaguardam os legítimos interesses dos técnicos e gestores requisitados, nomeadamente a garantia do lugar e os direitos resultantes da antiguidade do serviço, destina-se a pôr termo à situação em que se encontram numerosos serviços públicos, que se debatem com a falta de pessoal especializado competente.

• SERVIÇOS DE ENFERMAGEM

POR despacho do secretário de stado da Saúde, foi determinado que os hospitais sejam dotados com pessoal administrativo em quantidade suficiente, a fim de libertar o pessoal de enfermagem dessas funções administrativas que vem sendo obrigado a exercer. Deste modo, o pessoal de enfermagem poderá dedicar-se em tempo inteiro às suas verdadeiras funções, o que não deixará de se reflectir na melhoria da qualidade e na rapidez da prestação dos cuidados a ministrar aos doentes hospitalizados. Com tal medida dá-se mais um passo na efectiva racionalização do funcionamento dos serviços hospitalares.

• CONTROLO PELO ESTADO DAS MINAS DE ALJUSTREL

Através de despacho assinado pelos secretários de Estado da indústria e Energia e do Tesouro, foi criado um grupo de trabalho que tem por fundo negociar a passagem da Sociedade que explora as Minas de Aljustrel para o domínio do Estado. O Estado, que neste momento tem uma participação minoritária no capital social, passará a deter pelo menos 51 por cento das acções. Pelo mesmo despacho serão integrados na concessão das minas de Aljustrel os jazigos de Gaivão e Estação. O Estado assegura assim o controlo da mais importante mina de pirite do País, fonte de matérias primas de grande valor para o abastecimento de várias indústrias.

• FOMENTO DO TEATRO

COM vista a estimular a actividade das companhias que lutam por um teatro de qualidade e pela sua democratização, no âmbito da política de desenvolvimento cultural e de consciencialização cívica das massas largas comadas da população, o Fundo de Teatro, que funciona junto do Ministério da Comunicação Social, concedeu diversos subsídios a grupos de teatro profissionais. No sentido de descentralizar a actividade teatral será criado em Évora um Centro Dramático. O apoio ao Teatro Amador será assegurado através da Associação Portuguesa de Teatro Amador, a qual foi atribuído um avultado subsídio. Junto da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos passou a funcionar uma Comissão Consultiva para as actividades teatrais, que já foi ouvida sobre as medidas de apoio agora tomadas. Esta comissão é constituída por representantes do Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, da Associação Portuguesa de Teatro Amador, da Associação de Críticos, do Sindicato dos Músicos, da Sociedade de Autores, da Associação Portuguesa de Escritores, da RTP, da Escola Piloto de Teatro do Conservatório Nacional; da Associação de Empresários, do Fundo de Teatro, da Direcção Geral da Cultura Popular e Espectáculos, da F. N. A. T. e dos três partidos da coligação governamental. O Ministério da Educação e Cultura também se faz representar, como observador.

• EXONERAÇÕES NA PREVIDÊNCIA

POR despacho do Secretário da Segurança Social, foram exonerados das suas funções os antigos presidentes e vice-presidentes de Caixas de Previdência a seguir indicados: drs. Virgílio Batista Cravador Artur, Carlos Manuel Mourão de Paiva, Álvaro Alexandre, Pedro Monteiro Maury, Joaquim Mendeiros Casquilho, Nuno de Figueiredo Falcão de Bettencourt, Luís de Oliveira Fontoura, Jorge Ferreira da Fonseca, Luís Artur Falcão de Bettencourt, João António Malato de Sousa, Homero Rodrigues Lousada, Luís Vieira de Campos, Albano Vaz Pinto Alves, António Aires dos Reis, Amílcar Mesquita, Evaristo Marques e Augusto Soares Coimbra.

28 DE SETEMBRO

A noite em que os trabalhadores defenderam na rua a democracia

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

«ALERTA, trabalhador!» Alerta, que eles não dizem quem são, alerta, que eles escondem-se. Alerta, que eles têm medo do povo. Alerta, que eles gastam o dinheiro do povo. Alerta, que eles tentam arrebanhar o povo. Alerta, que eles querem de novo escravizar o povo. Alerta, que eles preparam uma armadilha» — foi com estas palavras que o INTERSINDICAL se dirigiu aos trabalhadores portugueses avisando-os que os fascistas queriam voltar. Queriam voltar no dia 28 de Setembro, armando uma manifestação-burla, fingindo que vinham a Lisboa dar vivas ao MFA.

Mas não basta estar alerta. É preciso que o povo trabalhador saiba vencer os ataques desses que têm ros de dinheiro para gastar com propaganda, desses que publicam cartazes e panfletos aos milhões, desses que alugam avionetas, desses que alugam autocarros para arrebanharem os portugueses incautos, desses que se dizem amigos do MFA e o atacam nas suas fábricas, campos e empresas, desses que, enfim, espreitam o momento de afogar no sangue as conquistas do 25 de Abril.

Por isso, no seu comunicado de 27 de Setembro, a INTERSINDICAL indicava aos trabalhadores a maneira de vencer a tentativa reaccionária. Interessava que os fascistas não conseguissem trazer o seu «rebanho» a Lisboa. Daí que a INTERSINDICAL avisasse: **«Os motoristas não conduzirão as camionetas alugadas com o dinheiro roubado ao povo, os ferroviários vão negar passagem aos comboios da manifestação comprada, os trabalhadores estarão atentos formarão piquetes nas estradas e nas estações.»**

VIGILÂNCIA POPULAR

E assim se fez. Convocados os sindicatos, alertadas as uniões de todo o país, lançado o alarme em todos os trabalhadores, Portugal inteiro mobilizou-se para não deixar passar a reacção. Por todo o país, os trabalhadores, em íntima ligação com os sindicatos, o MDP e outras organizações democráticas, ergueram barragens nas estradas. Alas de trabalhadores rodearam todas as linhas férreas do país na noite de 27 para 28 de Setembro.

A saída de todas as estradas do Norte a Sul do país, os trabalhadores, cumprindo os planos de acção dos seus sindicatos e de outras organizações antifascistas, mandaram parar todos os veículos que se dirigiam a Lisboa, revistavam-nos, impediam todos os suspeitos de passar as barreiras.

Enquanto uma ordem reaccionária não chegou, mandando calar a rádio, os trabalhadores portugueses foram ouvindo

constantes avisos que os seus sindicatos iam fazendo chegar à rádio.

Vigilância popular em defesa da democracia — foi isso o que os trabalhadores fizeram, respondendo ao apelo das organizações democráticas. No seu segundo comunicado do dia 27, a INTERSINDICAL, em nome dos seus dois milhões de filiados, **«chamou a atenção de todos os trabalhadores para que se mantenham vigilantes e prontos a actuar a todo o momento».** Explicando quem eram os que se escondiam na sombra, a INTERSINDICAL dizia: **por detrás desta minoria dita maioria silenciosa estão os exploradores de sempre do povo português e dos trabalhadores, isto é, os monopolistas, os latifundiários».** As armas que eles usam, os braços que têm, dentro e fora do país, chamam-se PIDE/DGS, e chamam-se hoje CIA, ITT, etc.

Vigilância popular foi o que os trabalhadores fizeram, quando se recusaram a cumprir as estranhas ordens vindas pela Emissora Nacional, mandando que as barreiras fossem desfeitas e que se deixassem as vias desimpedidas para os «manifestantes silenciosos» passarem.

Vigilância popular foi o que os trabalhadores fizeram durante as horas de incerteza em que não houve rádio nem jornais nem notícias, a não ser as que se continham nos vários comunicados das organizações democráticas e nos jornais de parede, que, em poucas horas, começaram a aparecer por toda a parte.

Vigilância popular foi o que os trabalhadores fizeram, quando se recusaram na manhã do dia 29 a abandonar as barreiras para se dirigirem em manifestação inoportuna ao Palácio de Belém.

A INTERSINDICAL, em comunicado emitido às 2 da manhã do dia 29, desmentiu que tivesse convocado tal manifestação. E advertiu: **«Alerta, sim, a todos os trabalhadores e a toda a população do país para a necessidade que temos neste momento, mais do que nunca, da manutenção das barreiras e reforço destas, através da ida imediata da população para as barreiras habituais, ai permanecendo até nova ordem».**

Por essa altura, é certo, já os fascistas tinham sofrido a maior derrota: a sua manifestação-burla não se fizera, e fora mesmo proibida. Mas a situação era ainda cheia de perigos.

Às 17 horas e 45 minutos do mesmo dia 29 de Setembro, a INTERSINDICAL dizia «considerar ainda de fundamental importância a manutenção da atenta vigilância praticada até agora». Mas nesse momento as massas trabalhadoras receberam instruções para passar a sua missão nos piquetes para as forças militares e militarizadas.

DIA DE TRABALHO NACIONAL

No dia 30, os trabalhadores portugueses, convocados pelas organizações democráticas, manifestaram o seu total apoio ao MFA, ao governo provisório e ao novo presidente da República. Poucas horas bastaram para que as principais forças democráticas pusessem de pé uma maciça manifestação popular...

Na madrugada de 30 de Setembro, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves falou ao país e convidou os trabalhadores portugueses a responderem da melhor maneira aos reaccionários, que afirmavam estar o país a caminho do caos e da anarquia. Essa resposta seria a da oferta de um domingo de trabalho à Nação. Imediatamente a INTERSINDICAL «consciente do alcance fundamentalmente político da proposta do primeiro-ministro apelou a todos os trabalhadores portugueses para que correspondessem com entusiasmo à iniciativa», demonstrando assim o seu amplo apoio ao MFA e ao primeiro-ministro.

Todos sabemos como esse apelo foi correspondido pelas massas trabalhadoras.

As horas de incerteza que o povo português viveu no último fim de semana de Setembro demonstraram amplamente que a organização sindical unitária dos trabalhadores é uma arma de que estes não podem prescindir.

O CHILE VENCERÁ

No dia 28 de Outubro de 1974, isto é, pouco mais de um ano depois de terem assaltado o poder, os fascistas chilenos davam 363 milhões de dólares às companhias americanas que, durante dezenas de anos exploraram, com lucros fabulosos, os jazigos de cobre do país. Deste modo, a Junta cumpria uma das principais missões que lhe competia: devolver aos americanos as riquezas do povo chileno.

Fazendo isto, dava a última machadada na obra progressista do governo de Salvador Allende, que, apoiado por todas as forças democráticas do país, tinha subido ao poder em 4 de Novembro de 1973, em consequência de eleições livres e democráticas.

Os fascistas, que, durante os três anos do governo de Unidade Popular, propagandearam, dentro e fora do país, os receios de o Chile vir a cair numa ditadura comunista, não estiveram com escrúpulos quando viram que os seus privilégios estavam ameaçados. Assassinaram o presidente, que tinha sido democraticamente eleito, dissolveram todas as instituições democráticas, e instauraram a pior ditadura de que há memória nos tempos modernos na América Latina. Trinta mil mortos, 100 mil presos, tal foi o balanço da repressão que fizeram abater sobre o povo chileno. Neste momento haverá pelo menos 20 mil presos políticos, sujeitos a todas as torturas e maus tratos que a DINA (isto é, a PIDE chilena) entender por bem aplicar a todos os que estiveram ao lado do governo de Allende.

Os trabalhadores foram as grandes vítimas do fascismo chileno. Mais de 70 por cento dos mortos e presos eram e são trabalhadores. Os dirigentes sindicais assassinados, desaparecidos, ou detidos não têm conta. Os ditadores decidiram liquidar os representantes mais combativos da classe operária. As 600 famílias que antes de Allende eram donas de mais de metade das terras do país, e os imperialistas americanos que dominavam a maior riqueza do país — o cobre — têm razão para estar contentes.

Os militares fascistas estão cumprindo o seu papel: estão a fazer tudo para garantir que 10 por cento da população (burguesia monopolista e latifundiários) continue a açambarcar metade do rendimento nacional, como acontecia antes de Allende subir ao poder. Agora acontece como dantes: em cada cem escudos (a moeda chilena chama-se escudo como a moeda portuguesa) que o país produza, 50 vão parar aos bolsos de 10 oligarcas e os outros 50 serão repartidos entre 90 chilenos do povo e da classe média.

Solidariedade

O Coliseu de Lisboa registou uma das suas maiores enchentes de sempre, quando do espectáculo promovido pela Inter-sindical no âmbito da Semana de Apoio ao Povo Chileno, e cuja receita se destinou à Central Unica dos Trabalhadores do Chile. Nesta importante iniciativa de solidariedade internacionalista aos nossos camaradas chilenos, que neste momento travam uma dura luta contra a ditadura fascista de Pinochet, lacaio do imperialismo norte-americano, colaboraram, além do Grupo Chileno Inti-Illimani, o Coral Alentejano dos Mineiros de Aljustrel, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paredes, Francisco Fanhais, José Jorge Letria, Luísa Bastos e Rui Mingas. A sessão presidiu o ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, a quem a assistência dispensou uma calorosa ovação, nela envolvendo o M. F. A.

OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Se os trabalhadores portugueses quiserem saber o que lhes aconteceria, se as «maiorias silenciosas» conseguissem os seus intentos, basta verem o que aconteceu aos trabalhadores chilenos. Já dissemos que as maiores vítimas da repressão foram os trabalhadores.. Não contentes com isso, os fascistas chilenos começaram por dissolver a CUT (Central Única de Trabalhadores), suprimir o direito à greve e destruir toda a vida sindical. Quinze por cento dos trabalhadores (isto é, 50 mil pessoas) foram despedidos dos seus empregos, tanto nos serviços públicos como nas empresas privadas. Todas as normas que previam ajustamentos de salários e benefícios para os trabalhadores foram revogadas. Foi proibida a negociação colectiva dos acordos de trabalho e hoje são os patrões que decidem dos salários a seu bel-prazer.

Tudo isto se conseguiu, não porque os trabalhadores tivessem desistido de defender os seus direitos, mas sim porque a força bruta e selvática do fascismo caiu sobre o país, sem escrúpulos de qualquer espécie. A política económica do actual Governo Chileno é exactamente o oposto da do anterior. Desvaloriza-se a moeda, porque isso interessa aos mais ricos, mas a inflação provocada por tal medida atinge sobretudo os mais pobres. Às próprias classes médias estão a ser levadas à ruína. Dão-se garantias e incentivos para facilitar a entrada do capital estrangeiro, decretam-se medidas que favorecem a concentração das empresas e que arruinam os pequenos e médios proprietários.

Logo a seguir ao golpe, decretou-se a liberdade de preços. Os trabalhadores viram-se, sem qualquer protecção contra as taxas de lucro exorbitantes que os grandes monopólios decidem aplicar aos seus produtos. Os jornais vendidos aos fascistas defendem a «plena liberdade» dos preços, e atacam certas «tiranias» como a do salário mínimo. Quer isto dizer que liberdade significa para os fascistas a liberdade de explorar o povo. E que «tirania» significa tudo quanto procure impedir a exploração do povo.

A inflação subiu em Janeiro deste ano 800 por cento: quer dizer, uma coisa que custasse um escudo passou a custar 800. Os salários têm sido aumentados, mas, como os aumentos não têm em conta a subida real do custo de vida, os salários na prática representam metade do que eram.

Os impostos servem também para beneficiar os privilegiados: agravam-se as camadas de pequenos e baixos rendimentos e concedem-se todas as isenções e perdões aos que não declararam os seus capitais e rendimentos. O imposto patrimonial será abolido a partir de 1 de Janeiro de 1975.

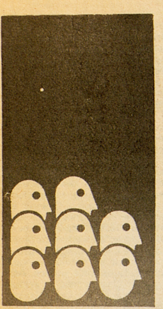
Tudo quanto aqui fica escrito é apenas um brevíssimo resumo dos sofrimentos do povo chileno e da brutalidade dos fascistas que assassinaram o «presidente camponês».

Mas já explica as razões porque o regime chileno é, neste momento, um dos mais odiados do mundo. Todos temos na memória as manifestações que, de 4 a 11 de Setembro deste ano, se efectuaram no nosso país e em todo o mundo por ocasião da Semana de Solidariedade para com o povo chileno.

Um país latino-americano, o México, cortou já relações com os fascistas chilenos. Organizações internacionais, como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) têm denunciado as violações dos direitos mais elementares da pessoa humana no Chile.

Se os fascistas chilenos estão isolados perante o estrangeiro, também dentro do país vão tendo cada vez menos partidários. Muitos dos que, durante o governo de Allende, contribuíram para a queda do (GO[illegible] esperno e favoreceram a as[illegible]ensão dos fascistas, vêem agora o erro em que caíram, e começam a aderir à resistência democrática, que o povo do Chile tem oposto aos seus carrascos.

A unidade dos antifascistas chilenos e o apoio dos demo[illegible]cratas de todo o mu[illegible]unta serão a g[illegible]o Chile ven[illegible]



Agricultura

TRABALHADORES EM LUTA

Em todo o Alentejo e noutras regiões do País, os trabalhadores rurais têm vindo a erguer bem alto a bandeira da defesa dos seus interesses mais prementes, de modo a melhorar as suas condições de vida e de trabalho.

No distrito de Évora, logo em Junho, começou-se a esboçar em vários concelhos um amplo movimento unitário de massas de assalariados agrícolas. Em 30 de Junho, fez-se uma reunião em que estiveram presentes cerca de 250 trabalhadores agrícolas — representando 25 freguesias do distrito — para discutir a criação de um Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Évora. Ao mesmo tempo, os trabalhadores agrícolas do distrito elaboraram uma proposta reivindicativa — nos termos da que já fora aprovada em Beja — posteriormente entregue aos agrários locais.

No princípio de Julho, foram assinadas convenções de trabalho em vários concelhos do distrito de Évora. Essas convenções, no entanto, caducavam a 30 de Agosto. Assim, a partir de fins de Agosto, os trabalhadores agrícolas do distrito de Évora, e a sua Comissão Pró-Sindicato, iniciaram a luta pelo estabelecimento de nova contratação. A 30 de Agosto, o Secretariado da Comissão Pró-Sindicato do distrito de Evora apresentou aos representantes dos agrários locais uma nova proposta de contratação; os agrários, no entanto, que já antes tinham violado por várias vezes as convenções acordadas, demoraram o mais possivel a apresentar uma contra-proposta aos trabalhadores. A contra-proposta que acabaram por apresentar, contudo só não garantia o direito ao trabalho («não existe obrigatoriedade de empregar qualquer trabalhador, homem ou mulher»), como recuava em muitos aspectos em relação ao anteriormente acordado.

As negociações que entretanto se procederam acabaram por cair num impasse. Perante esse estado de coisas o Ministério do Trabalho decidiu impor a via administrativa para apressar a resolução do conflito. Também com o intuito de contribuir para uma resolução mais justa dos problemas dos trabalhadores agrícolas do distrito de Évora, o Ministério do Trabalho, concedera por essa altura um subsídio de 500 contos para obviar aos graves problemas de desemprego que se viviam [illegible] distrito. Mais tarde, o próprio Governo tinha decidido entregar à Câmara Municipal de Évora um subsídio de 12 mil contos, destinado a acudir às carências mais sentidas pelos trabalhadores rurais e por certas freguesias do distrito.

Assim, já em Setembro, através de uma portaria do Ministério do Trabalho, com efeitos [illegible] cal que [illegible] partir de 1 de [illegible] teresses, ga[illegible] uma nova [illegible] da todo o seu [illegible]

regulamentação do trabalho rural no distrito de Évora. Essa regulamentação vigorará até 31 de Agosto de 1973.

O congresso aplicar-se-á, «por um lado, a todos os agricultores do distrito de Évora que tenham ao seu serviço trabalhadores das categorias nele previstas e por outro lado, àqueles trabalhadores. De acordo com os termos desse Contrato, as entidades patronais garantirão trabalho a todos os homens e mulheres com carácter efectivo à respectiva exploração agrícola durante todo o ciclo produtivo» ficando também «interdito ás entidades patronais o despedimento sem justa causa» durante a vigência do contrato.

Ao mesmo tempo, era estipulado um horário semanal de 48 horas e os seguintes salários mínimos (para uma jorna de 8 horas): 180$00 (motoristas, 180$00 (limpadores de árvores), 150$00 (indiferenciados), 110$00 (trabalhadoras) e 150$00 (guardadores de gado). Estes salários aplicavam-se a todos os trabalhadores de idades compreendidas entre os 16 e os 65 anos — de acordo com o princípio de «para trabalho igual salário igual».

No novo CCT, que vigorará até 31 de Agosto de 1975, definiam-se ainda cláusulas sobre a remuneração do trabalho extraordinário, o direito a feriados e férias ao transporte e ao alojamento e à constituição de uma comissão paritária (de elementos do secretariado do Pró-Sindicato e da associação dos agricultores,a nível distrital presidida por um elemento do Ministério do Trabalho) que «tentará solucionar os problemas resultantes da aplicação do novo CCT».

O estabelecimento deste contrato — que vigorará por um ano — não é o fim da luta dos trabalhadores agrários do distrito de Évora, mas sim uma nova arma nas suas mãos para levar mais longe a sua luta, para conseguir resolver, de uma vez para sempre, os seus problemas mais urgentes. Desde já impõe-se contudo uma grande vigilância, para que os termos do Contrato sejam aplicados na prática da maneira que melhor sirva os interesses dos trabalhadores Unidos, estes sem dúvida, vencerão.

Foto de Rui Pacheco

«Alavanca» é o jornal de todos os trabalhadores. As suas colunas estão, por isso, à disposição de todos. Escreve-nos! As tuas cartas são necessárias para que «Alavanca» cumpra a sua missão.

Seja qual for o teu problema profissional, escreve-nos.

A partir da próxima semana haverá uma secção de consultório sobre «Problemas de Trabalho». Lá encontrarás a resposta às tuas dúvidas!

ACONTECEU NO MUNDO

NA última semana de Novembro e na primeira de Dezembro, os acontecimentos internacionais de maior relevo foram:

O acordo de Vladivostok — assinado no final da visita do presidente Gerald Ford dos EUA à URSS, onde se avistou com o secretário-geral do PC da União Soviética, este acordo marca mais uma etapa importante na política de coexistência pacífica. Fixa-se em 2800 o máximo de mísseis ou bombardeiros nucleares que ambos os países podem ter, pelo prazo de dez anos. Por outro lado, elimina-se a possibilidade de um ataque nuclear de surpresa.

Antes de se dirigir a Vladivostok, o presidente dos EUA tinha-se deslocado ao Japão, onde tratou, sobretudo, dos problemas decorrentes da crise de energia. A visita de Ford ao Japão foi precedida de violentos protestos das esquerdas japonesas contra os EUA.

As eleições brasileiras — Nas eleições legislativas parciais que se efectuaram no Brasil, o partido da oposição legal averbou uma significativa vitória. Embora esse êxito não altere em nada a situação política no Brasil, a verdade é que os eleitores brasileiros manifestaram de forma que não deixa margem a dúvidas o seu crescente desagrado pelo regime.

A crise italiana — Treze milhões de trabalhadores fizeram um dia de greve nacional na Itália protestando contra a falta de garantia de emprego e contra a alta do custo de vida. Enquanto os trabalhadores manifestam o seu mais vivo descontentamento, os políticos continuam nos seus jogos de formações de Governo; novo gabinete formado por Aldo Moro é o 37.º desde a Segunda Guerra Mundial.

Conspiração da direita no Peru — O primeiro-ministro peruano, Jarrin, foi alvo de um atentado, mas escapou com vida. Trata-se de mais uma tentativa dos reaccionários do Peru.

Soyuz 16 — A URSS lançou uma nave tripulada no espaço. Os astronautas Anatoli Filipchenko e Rukavishnikov fazem experiências de atracagem, preparando a futura missão espacial sovieto-norte-americana.

Brejnev em Paris — Para uma visita oficial e conversações com o presidente francês, Giscard d'Estaing, deslocou-se a França o dirigente soviético Leonid Brejnev.

Os EUA vendem ouro — Numa tentativa de fazerem baixar o preço do ouro, os EUA decidiram vender em leilão, dois milhões de onças de ouro em barras de 400 onças. A África do Sul anunciou já, que vai por sua vez diminuir a produção do seu ouro.

Associações políticas em Espanha — Prosseguindo na política a que chama de «liberalização» o primeiro-ministro espanhol, Arias Navarro, anunciou que passava a ser permitida a constituição de associações políticas, mas que estas tinham de se integrar no espírito do Movimento. A oposição espanhola protestou já contra essa falsa «liberalização».

Repressão em Espanha

PARA o povo espanhol como para o povo português, o fascismo não tem segredos. Talvez por isso, o povo espanhol sabe dar valor à nova situação em Portugal, tal como nós, portugueses, sabemos dar valor à luta travada pelo povo vizinho em busca da liberdade e da democracia.

Tudo isto a propósito da repressão que ultimamente se faz sentir em Espanha de forma crescente.

Em Madrid, no passado dia 28 começou o julgamento à porta fechada de 16 sindicalistas acusados de fazerem «propaganda subversiva e associação ilegal». Os réus, na sua maioria operários metalúrgicos, incluindo uma mulher e dois padres-operários, enfrentam condenações até 12 anos de cadeia.

No mesmo dia em Bilbau, era anunciada, pela Polícia, a prisão de 10 indíviduos, presumíveis membros do movimento separatista basco E.T.A., enquanto que no dia anterior, em Badalona, os empregados bancários se manifestaram junto às portas dos seus locais de trabalho.

Entretanto, já no dia 1 deste mês, igualmente em Bilbau, cerca de 500 pessoas passaram a noite encerradas numa igreja, exigindo amnistia para os presos políticos e exilados espanhóis.

A repressão aumenta, mas a luta continua.

Tensão social em França

NÃO é com bons olhos que o povo francês vê o seu actual Governo. Desde que em Maio passado Giscard d'Estaing assumiu o Poder, vencendo por uma escassa maioria de votos o candidato das esquerdas, François Miterrand, uma certa tensão social faz-se sentir em França. Não é pois de admirar que a greve dos Correios, desencadeada em meados de Outubro, servisse de detonador para a «agitação social» vivida neste momento naquele país.

No final do mesmo mês, era anunciada a existência de 630 000 desempregados, mais do que em qualquer outra altura do pós-guerra. Sobre isto Giscard d'Estaing, discursando pela televisão, afirmou que o seu governo «tomaria oportunamente as medidas que se impõem para proteger os trabalhadores do desemprego» uma vez que «o Governo tem o desejo e os meios para o fazer». Mas, pelos vistos, o discurso do presidente de nada serviu. O povo francês, mais do que palavras, quer actos.

Talvez por isso, as greves alastraram por toda a França. A O. R. T. F. (Rádio Televisão Francesa) que desde há alguns meses se vinha manifestando através de algumas paralisações de trabalho, deu também início a uma greve geral. Por seu turno, movimentos esporádicos surgiram entre os ferroviários, os empregados do gás, os electricistas e os funcionários públicos, encontrando-se, ainda, algumas sucursais de bancos encerradas.

Perante tudo isto, Jacques Chirac, primeiro-ministro francês, afirmava: «O objectivo das actuais greves é essencialmente político». Na verdade, é muito estranha a concepção de «política» do primeiro-ministro da França...

Entretanto, no dia 19 de Novembro, realizou-se uma greve geral convocada pelas centrais sindicais C. G. T. e C. F. G. T. para, assim, «vibrarem todos em conjunto um poderoso golpe na intransigência da coligação Governo-patrões».

Para já, e segundo novas informações, a vida tende a «normalizar-se». Contudo, foi decretada uma nova greve geral para o próximo dia 12 de Dezembro pelas centrais sindicais C. G. T., C. F. G. T. e F. E. N.

Aguardemos, pois, os acontecimentos.

editorial

Continuação da pág. 1

em mais de 100 localidades, os trabalhadores não se limitaram a afirmar a sua vontade de unidade — demonstraram igualmente um profundo sentido das realidades.

Ao reclamar a consagração na lei do princípio da unicidade sindical mostram-se simultaneamente vigilantes e decididos na construção do futuro.

Ficou também perfeitamente claro como eram ilegítimas as vozes que se levantaram defendendo um liberalismo que os trabalhadores repudiam.

Estamos convictos de que o Governo Provisório atenderá a vontade dos trabalhadores expressa inequivocamente nas centenas de sessões realizadas. Não será uma unidade imposta por lei. **Será uma lei decidida pelos trabalhadores em defesa da unidade.**

Cumpre-nos a nós, trabalhadores, reforçar os processos democráticos a todos os níveis da organização sindical.

Assim prosseguiremos uma unidade viva, expressão real da nossa capacidade de luta por uma sociedade justa, pacífica e progressiva.

A delegação soviética no Arsenal do Alfeite

TRABALHADORES SOVIÉTICOS EM PORTUGAL

NESTE momento só a união de todos os trabalhadores poderá servir os seus interesses, afirmou o secretário do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos, Vladimir Bogatikov, durante uma sessão de convívio em Aljustrel.

O encontro de trabalhadores realizou-se no âmbito da visita a Portugal de uma delegação daquele conselho, a convite da Intersindical Nacional. Acompanhavam Vladimir Bogatikov, os camaradas Boris Averianov, director do Departamento Internacional e Alexei Ovsiavikov, colaborador e intérprete.

Independentemente do interesse geral, a visita da delegação sindicalista soviética a Portugal anuncia um significado especial para os aljustrelenses, lutadores antifascistas de longa data. Talvez por isso se ouvia dizer por toda a parte. «Ainda me parece mentira». À chegada a delegação foi recebida na Câmara Municipal pelo seu presidente, pelos representantes dos diversos partidos e associações políticas que ali têm sede e pelo representante das autoridades locais.

Após uma breve visita ás minas, seguiu-se um almoço de confraternização servido no Centro de Formação Profissional, alegrado com a presença dos grupos corais do Sindicato dos Mineiros e «Os Aventureiros», que cantaram diversas canções do folclore alentejano. Á tarde, após uma rápida visita às sedes dos vários partidos e associações políticas, realizou-se a sessão de convívio no Sindicato Livre dos Operários Mineiros de Aljustrel.

Perante uma assistência de cerca de 800 pessoas, composta na sua grande maioria por mineiros e trabalhadores rurais, a delegação respondeu às perguntas que lhe foram postas sobre as condições de trabalho na URSS, nomeadamente no sector mineiro, da educação e da assistência social.

Vladimir Bogatikov começou por afirmar que a visita da delegação soviética pretendia «exprimir em nome dos trabalhadores soviéticos» a sua solidariedade para com a luta travada neste momento pelos trabalhadores portugueses, salientando mais à frente: «Companheiros, neste momento, o povo soviético tem os olhos em Portugal, vendo o vosso país com simpatia e curiosidade. Podem pois contar com o apoio do nosso povo e, especialmente, dos trabalhadores soviéticos que nós representamos em nome do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos». Explicando as funções dos sindicatos na URSS afirmou que servem, por um lado, «para controlar as leis do próprio Estado, participando activamente na feitura das leis de trabalho» e por outro «para inspeccionar o cumprimento dessas mesmas leis nos diversos locais de trabalho».

Respondendo a outra questão, esclareceu que nenhuma fábrica ou mina poderia funcionar na União Soviética sem que fosse previamente inspeccionada por uma delegação sindical. Mais à frente referindo-se às condições de trabalho nas minas disse: «um mineiro que trabalha nas galerias recebe um salário superior ao engenheiro que o dirige à superfície». Tal afirmação mereceu um longo e entusiástico aplauso por parte da assistência.

Ainda durante a sua estadia no nosso país, a delegação soviética deslocou-se ao Porto a convite da União dos Sindicatos do Porto, tendo visitado as instalações da C.E.P.S.A., da Cerâmica de Valadares e do Instituto do Vinho do Porto, participando igualmente numa reunião geral dos sindicatos, bem como numa sessão de trabalho com o secretariado da U.S.P.

Uma das jornadas foi dedicada à apresentação de cumprimentos a vários membros do Governo, ao Presidente da República e à Comissão Coordenadora do M.F.A. Finalmente a delegação inaugurou a nova sede, em Almada, do Sindicato dos Metalúrgicos e visitou as oficinas do Arsenal do Alfeite.

Na noite da véspera da partida realizou-se um beberete oferecido pela embaixada soviética, estando presentes, além da delegação sindicalista soviética, o ministro e o secretário de Estado do Trabalho, o secretário de Estado do Emprego e alguns membros do secretariado da Intersindical Nacional.

PORTUGAL NO MUNDO

— O Senado dos EUA aprovou a criação dum fundo de empréstimo de 50 milhões de dólares (cerca de 1 250 000 contos) a Portugal e aos seus territórios africanos que se vão tornar independentes. Recorde-se que o senador Edward Kennedy anunciou há poucos dias a sua intenção de propor a criação deste fundo.

A economia portuguesa — O «Financial Times» de Londres escreve que são boas a longo prazo as perspectivas da economia portuguesa.

Integração na CEE — Em entrevista concedida ao jornal francês «Le Monde» o ministro Mário Soares declarou que a integração de Portugal na CEE (Mercado Comum) é o objectivo de Portugal a longo prazo.

Associação de Amizade URSS-Portugal — Foi criada em Moscovo a Associação de Amizade URSS-Portugal, cujo presidente é o reitor da Universidade [illegible] Moscovo, Kem Khokhlo[illegible]

Novo embaixador dos EUA — Frank Carlucci é o novo embaixador dos EUA em Lisboa.

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil — Azeredo da Silveira — esteve em Portugal no dia 3 de Dezembro, no quadro do Acordo de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil.

Embaixador do Senegal — Henry Pierre Arphang Senghor é o nome do primeiro embaixador da África Negra acreditado em Portugal. Trata-se do embaixador do Senegal, que entregou credenciais no dia 5 deste mês.

Cultura e tempos livres

Vamos ler

O MOVIMENTO DOS CAPITÃES E O 25 DE ABRIL — de Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso — Editora Moraes — Preço 100$00.

«Não é mais um livro sobre um 25 de Abril, mas, sim, uma obra séria e documentada que acompanha passo a passo o nascimento e a evolução do **Movimento dos Capitães.** Nele se relata tudo o que se desenrolou nos bastidores até à madrugada vitoriosa. Indispensável para quem queira conhecer raízes longínquas e os antecedentes próximos do «Movimento» que nos libertou do fascismo.

SOBRE O SINDICALISMO — de Marx e Engels — Col. «Pontos de Vista». Iniciativas Editoriais — Preço 25$00.

Conhecer os problemas sindicais é fundamental neste momento. Trabalho editorial cuidado.

O ABC DA POLÍTICA — Edit. Estampa — Preço 40$00.

«No presente manual é dado o mínimo indispensável de conhecimentos sobre as leis da história da sociedade humana».

O CAPITAL — (Edição Popular) — de Karl Marx — Edições 70 — Preço 130$00.

Os problemas políticos dizem respeito a todos os homens, mesmo àqueles que admitem que «não são políticos». «O Capital» é a obra fundamental de Karl Marx. Aproveite esta edição condensada, mas correcta, e acessível ao leitor comum.

O RADICALISMO PEQUENO-BURGUÊS DE FACHADA SOCIALISTA — (Preço 40$00).

E SUPERIORIDADE MORAL DOS COMUNISTAS — (Preço 5$00) — de Álvaro Cunhal — Editorial Avante.

Dois livros que consideramos indispensáveis em qualquer biblioteca. O leitor comece por ler o segundo e não deixe de ler o primeiro.

PORTUGAL AMORDAÇADO — de Mário Soares — Editora Arcádia — Preço 150$00.

Um livro muito importante surgido ultimamente e só até há pouco tempo conhecido entre nós na sua versão francesa.

A VIDA VERDADEIRA DE DOMINGOS XAVIER — de Luandino Vieira — Edições 70 — Preço 55$00.

O autor de «Luanda» publica agora esta novela que serviu de argumento ao filme «Sambizanga» e que é o despertar do povo angolano para a longa luta da independência.

Cinema

É sobretudo o cinema de intervenção, que trata os problemas do homem no quadro da realidade do seu tempo e no seu dever histórico, é sobretudo o cinema formativo de uma consciência social e política aquele de que mais carecemos neste momento. Embora não seja fácil encontrar filmes dessa qualidade nas salas de espectáculos portuguesas, aqui deixamos indicação de alguns títulos que vale a pena ver: «A Terra Prometida», de Miguel Littin; «Quando o Povo Acorda» (documentário chileno sobre o Governo de Salvador Allende); «A Orgia do Poder» («Z»), de Costa-Gravas; «São Bernardo», de Leon Hirzman; «A Carga da Brigada Ligeira», de Tony Richardson; «R. A. S. — Por quem vamos morrer?» Yves Boisset, Retrospectiva de Jean Renoir.

Semana TV

Programas que recomendamos

2.ª feira, 9 de Dezembro

I PROGRAMA

13.15 Escrever é lutar
21.00 Responder ao País
21.30 Antologia «Cara de Relógio»

II PROGRAMA

21.00 Teatro — «Pedro, o Crú», de António Patrício

3.ª feira, 10 de Dezembro

I PROGRAMA

13.00 Imagens da vida de uma cidade
19.45 No mundo do trabalho
20.00 Em foco
21.00 Memória do nosso tempo. Documentário de uma série dedicada à II Grande Guerra
22.00 Eurovisão. Gala a favor da Unicef

4.ª feira, 11 de Dezembro

I PROGRAMA

20.00 Artes e Ofícios
21.00 A política é de todos
23.00 Há só uma terra

II PROGRAMA

21.50 Concerto

5.ª feira, 12 de Dezembro

I PROGRAMA

13.15 Da saúde e da vida
19.45 No mundo do trabalho
20.15 TV Palco
21.00 Crónica
21.30 Noite de Cinema: 7 anos de Liceu

II PROGRAMA

21.00 Programa Musical

6.ª feira, 13 de Dezembro

I PROGRAMA

13.00 Saber não faz mal
20.00 Com todas as letras
21.00 Um dia na vida de...
21.30 Histórias da Música. Programa de António Vitorino de Almeida

II PROGRAMA

21.50 Impacto

Sábado, 14 de Dezembro

I PROGRAMA

17.25 Nome mulher
19.30 A evolução do homem
21.00 Grande Plano
21.30 Ciclo do Cinema Brasileiro
23.00 Relatório Internacional

II PROGRAMA

21.50 Encontro com o mundo

Domingo, 15 de Dezembro

I PROGRAMA

18.40 Cinema de Animação (por Vasco Granja)
19.00 TV Rural (pelo eng.º Sousa Veloso)
22.45 Teledomingo

Campanha do MFA

Campanha de Dinamização Cultural do M. F. A.
Algumas das próximas sessões a realizar na região de Lisboa:

2.ª-feira, 9 de Dezembro
18.30 — Metalúrgica Luso-Italiana de Cabo Ruivo. Sessão de esclarecimento precedida de actuação da Orquestra Filarmónica de Lisboa.

3.ª-feira, 10 de Dezembro
21.30 — Sociedade Recreativa de Sacavém. Sessão de esclarecimen[illegible] cedida de [illegible] questra [illegible] boa.

5.ª-f[illegible]

Or[illegible]

ALAVANCA é transportado para todo o País nos comboios da C.P.

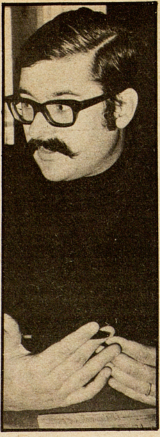
alavanca

INTERSINDICAL

Campanha de dinamização cultural do M.F.A.

«Quando ouço falar em cultura, puxo logo da pistola!» — Esta frase de Goebbels, o ministro da propaganda de Hitler, é bem elucidativa da importância que os fascistas dão ao atraso cultural e à ignorância das grandes massas como meio de assegurarem a sua dominação sobre os povos

1.º-tenente Ramiro Correia


1.º-tenente Bacelar Begonha

"É PRECISO DESTRUIR AS ESTRUTURAS FASCISTAS"

Parte considerável do nosso povo, sobretudo nas zonas rurais, continua à mercê das manipulações dos antigos «caciques» locais, da desonestidade de certos párocos reaccionários que abusam do ministério religioso fazendo-se portavozes dos interesses dos grandes capitalistas e latifundiários e da insidiosa campanha de boatos tão incríveis quanto perigosos, tendentes a assustar, desorientar a iludir na sua boa-fé os trabalhadores menos identificados com os interesses de classe dos exploradores capitalistas pretendem também aproveitar-se desta situação, para conseguirem ganhos eleitorais e inverterem a seu favor (isto é, a favor do patronato) o processo democrático.

Ora, não haverá verdadeira democracia no nosso país, não haverá eleições verdadeiramente livres, enquanto não forem tomadas medidas que ponham termo a este subdesenvolvimento mental e cultural. Para além da esperada democratização económica, dentro da estratégia antimonopolista definida no programa do M. F. A., e sem a qual o próprio programa não poderá ser levado a cabo, impõe-se, portanto, lançar uma ampla acção de esclarecimento e de consciencialização política e cultural. Foi com vista à conquista de tal objectivo que o M. F. A. planeou a campanha de dinamização cultural, a qual está a ser coordenada a nível nacional por uma comissão central, constituída por oficiais dos três ramos das Forças Armadas, designadamente: 1.º Tenente Ramiro Correia, 1.º Tenente Bacelar Begonha, 1.º Tenente Pessoa Guerreiro, pela Marinha; Capitão Faria Paulino, Alferes Craveiro Martins, Alferes Nobre Soares, pela Força Aérea; Major Cação da Silva e mais dois elementos ainda não designados, pelo Exército.

No intuito de informar os trabalhadores portugueses tão amplamente quanto possível acerca dos objectivos e da forma como está a decorrer essa campanha, procurámos contacto com a referida comissão dinamizadora central, que, através de alguns dos seus elementos, nos prestou toda a informação pedida.

O que nos levou a lançar esta campanha, posta em acção através da 5.ª Divisão do Estado Maior General das Forças Armadas, foi o reconhecermos que as Forças Armadas, dentro do processo revolucionário, tinham que assumir uma missão cívica perante o País — foi-nos dito. Uma Revolução, embora se inicie com a força das armas e permaneça na vigilância das armas, só poderá concretizar-se se houver uma modificação da sociedade. Essa modificação, no caso português, terá de efectivar-se através de uma acção conjunta das Forças Armadas e do Povo. Como após 48 anos de um sistema político obscurantista, as grandes massas populacionais portuguesas estavam afastadas da política e viviam num estado de ignorância absoluta, era indispensável actuar para despertar o Povo.

Tal é, portanto, a motivação da campanha de dinamização cultural, nas palavras de um dos oficiais que compõem a respectiva comissão central.

Esta acção, prosseguiu o mesmo oficial, **chamou-a a si o próprio M. F. A., uma vez que as grandes massas não estão ainda em condições de compreender a missão específica dos partidos políticos, aos quais caberia, num País de democracia avançada, o esclarecimento político da população. O M. F. A. pretende explicar aos sectores da população menos esclarecidos, em especial das zonas rurais, que a política não é o «papão» que o fascismo apresentava ao País, mas antes uma forma de participação de todos os cidadãos na construção do seu próprio futuro. Cabe aos partidos políticos fazer o resto.**

Em que é que consistia a política cultural fascista?

O Porta-voz do M.F.A. esclarece-nos:

A política cultural fascista dividia a cultura em dois campos: o dos «eruditos», que no fundo eram os que tinham dinheiro para estudar e a chamada «cultura popular» que os fascistas fomentavam para fins oficiais ou turísticos e a cujas manifestações assistiam com a mesma mentalidade de quem vai ao Jardim Zoológico ver os macacos aos saltinhos... O fascismo não estava interessado e combatia até a dignificação do homem português através da cultura. Com a nossa campanha, pretendemos que a revitalização cultural se dê precisamente no senttido da dignificação do homem português, da sua tomada de consciência como homem livre e cidadão responsável, preparado para governar a vida da comunidade a que pertence. Entendemos, pois, esta acção cultural como parte integrante da missão cívica das Forças Armadas.

Para lançar esta acção e fazê-la alastrar a todo o País, é necessário criar uma rede de coordenação nos vários planos regionais. As dificuldades, à partida, são grandes, conforme explicou outro dos porta-vozes da comissão de dinamização:

Quando iniciámos este trabalho, deparámos com a inexistência de meios adequados. A antiga Direcção da Cultura Popular e Espectáculos tinha apenas meia dúzia de funcionários em Lisboa, e mesmo esses estavam ligados a actividades repressivas (de fiscalização) e não a actividades construtivas, de efectiva dinamização da cultura. Ora para conseguirmos pôr em prática a democratização cultural, temos que contar com a iniciativa das associações ou grupos de animação cultural das próprias regiões a dinamizar, muitos dos quais tinham sido adormecidos ou neutralizados pela repressão fascista. No próprio aparelho das Forças Armadas voltado para esta missão cívica, está em curso a descentralização das pessoas e dos meios de acção: em cada região militar foram criadas comissões de dinamização e prevê-se também a constituição de subcomissões locais. Entretanto, a comissão dinamizadora central é assistida por uma comissão interministerial com representação de todos os ministérios.

No que respeita à colaboração de vários organismos do Estado para a campanha em curso, foi referido o exemplo da Secretaria de Estado da Agricultura, que também está empenhada numa ampla acção de esclarecimento nos domínios da sua competência. Um dos oficiais nossos interlocutores acentuou, aliás, que **um dos objectivos da campanha de dinamização cultural é despertar todos os organismos de Estado para a necessidade de actuarem imediatamente e não se limitarem a pensar soluções a médio ou a longo prazo,** sublinhando ainda que **só foi possível pôr em curso esta campanha após o 28 de Setembro, o que trouxe um enorme atraso ao processo de democratização.**

A este respeito, outro dos nossos entrevistados foi categórico em afirmar que **para além da escolha do sistema social que o Povo vier a fazer é preciso, entretanto, destruir as estruturas existentes, que são estruturas fascistas. Um País metido ainda no «colete de forças» das estruturas fascistas não está em condições de decidir livremente.**

Os resultados da campanha começam a fazer-se sentir:

Estão a renascer por todo o País as actividades de associações culturais, cineclubes, grupos de teatro amador, etc., que vieram oferecer a sua colaboração às Forças Armadas. Numerosas instituições e personalidades individuais têm-se colocado também ao nosso dispôr, podendo dizer-se que está em curso uma verdadeira mobilização do País para esta campanha de esclarecimento. O Teatro, a Música (através de orquestras sinfónicas) e o Cinema já foram utilizados em várias sessões de esclarecimento. Numa aldeia bastante isolada do Alentejo, por exemplo, realizou-se uma sessão de cinema, seguida de diálogo sobre problemas políticos, sociais e económicos, que contou numerosa e interessada assistência (algumas pessoas deslocaram-se de povoações situadas a duas horas de caminho). A presença das Forças Armadas nestas sessões assegura na prática a efectiva união entre as Forças Armadas e o Povo. Só este contacto permitirá cimentar e fortalecer essa união.

Quanto aos critérios que orientam a escolha de material para as sessões de dinamização cultural, foi dado o exemplo do Cinema: **Temos três tipos de filmes: filmes que divertem sem alienar e que constituem uma espécie de chamariz, filmes técnico-culturais, focando determinado aspecto agrícola ou sindical, e filmes políticos, sobre o 25 de Abril, o 5 de Outubro, etc. Neste capítulo, estabelecemos contactos com países que atravessaram situações revolucionárias semelhantes à nossa e que nos vão ceder filmes susceptíveis de aplicação na nossa campanha. Por outro lado, dado que o cinema é um dos meios mais fáceis de animação cultural, há a ideia de filmar espectáculos de teatro ou determinados «sketches» de revistas, para depois os levar por todo o País.**

A terminar.

Os portugueses querem ouvir uma palavra, e essa palavra nós podemos dizê-la. Quando nós aparecemos junto da população a despertá-la para uma vida comunitária e a interessá-la pela construção do País, encontramos a máxima receptividade. Claro que há hábitos antigos de boca calada, amordaçada, e efectivamente, por vezes, surgem certas dificuldades em começar o diálogo, visto que as pessoas não estão habituadas a discutir abertamente os seus problemas. Mas de uma maneira geral, essas dificuldades estão a ser vencidas, e se os meios de comunicação, em vez de deturparem a imagem do que estamos a realizar (o que infelizmente tem acontecido), fizerem causa comum connosco, haverá, sem dúvida, grandes progressos a registar.

O QUE É

Continuação da pág. 6

determinada área geográfica. Para que haja coordenação na acção sindical dentro de cada sector de actividade, os sindicatos deverão constituir federações a nível nacional.

4. Para maior eficácia e maior possibilidade de intervenção a nível regional, os sindicatos estão agrupados em uniões sub-regionais, que, por sua vez, estão agrupadas em duas uniões regionais. Provisoriamente as uniões sub-regionais coordenam as comissões sindicais.

O plenário nacional, órgão supremo da Intersindical, é uma assembleia na qual participam três delegados de cada um dos sindicatos filiados.

O secretariado é o órgão executivo da Intersindical e é constituído pelos secretariados das Uniões do Sul e do Porto. Está previsto um conselho geral, que será a junção dos secretariados de todas as uniões regionais, mas cujo funcionamento não começou ainda.

alavanca

Semanário da Intersindical
Sai à segunda-feira
Preço avulso — 2$50

Assinaturas:
1 ano, 110$00.
6 meses, 60$00

Composto e impresso nas oficinas da Renascença Gráfica — Lisboa

alavanca 1

SOEIRO PEREIRA GOMES

DURANTE quase meio século, sucederam-se em Portugal as homenagens, podendo dizer-se que quase todos os dias alguém era homenageado. Raramente, no entanto, essas homenagens tinham um significado sério e não passavam de um jogo que envolvia os «ilustres» da terra que mutuamente se amparavam com discursatas e promoções na sua desenfreada corrida ao poleiro. E viveu-se nisto meio século: elogiando-se os que pisavam e enaltecendo-se os medíocres.

Quando se pretendia homenagear um cidadão verdadeiramente íntegro ou lembrar uma morte injustamente silenciada, um mundo de dificuldades se levantava logo. E era necessária muita coragem para levar por diante um propósito desses — quando ele era possível.

[illegible] O 25 de Abril veio permitir tarde, o próprio [illegible] e certas figuras decidido entregar à Câ[illegible] humano Municipal de Évora [illegible]das já. subsídio de 12 mil contos, des[illegible] u[illegible]po. tinado a acudir às carências [illegible] dia: mais sentidas pelos trabalha[illegible]elo dores rurais e por certas fre[illegible]re- guesias do distrito.

Assim, já em Setembro, através de uma portaria do Minis[illegible] [illegible] Trabalho, com efeitos [illegible] cal que a partir de 1 de [illegible] teresses, [illegible] uma nova [illegible]ila da todo o seu

Franca de Xira. São eles: Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol. Ocupamo-nos, hoje, do primeiro.

Se quisermos falar de Soeiro Pereira Gomes confinando-nos a uma biografia apressada de enciclopédia barata, podemos dizer que nasceu em 1909, em Gestaçô, uma aldeia perto do Porto; que tirou o curso de regente agrícola, em Coimbra; que passou depois um ano em África, na companhia do Catumbela, donde regressou desapontado com as condições de trabalho; que casou com a compositora Manuela Câncio Reis e que, aos 22 anos, se instalou em Alhandra, trabalhando como empregado de escritório na Fábrica de Cimentos Tejo.

A partir daqui, deixemos as enciclopédias e falemos de Soeiro Pereira Gomes baseados nos testemunhos dos homens que o conheceram.

Que fez ele em Alhandra, ou melhor, que fez ele desde que tomou consciência de que o mundo em que vivia era um mundo de «humilhados e ofendidos?» Entregou-se totalmente à tarefa da libertação do homem e lutou de todas as formas para que o trabalhador se emancipasse da sua condição de explorado. E organizou bibliotecas, ensinou, fez palestras, trabalhou como operário na construção de uma piscina popular em Alhandra, enfim, passou a estar sempre ao lado do oprimido e a combater o opressor. Fez-se militante comunista, foi perseguido, entrou na clandestinidade, passou dificuldades de toda a ordem e morreu esgotado, prematuramente, com 39 anos.

Como escritor foi daqueles que «soube tornar inseparável a sua actividade artística da sua vida de militante revolucionário». Começou por publicar algumas crónicas num semanário muito importante ao tempo, «O Diabo», e em 1940 surgiu com o romance «Esteiros», que o consagrou de imediato. Inicia este romance com uma dedicatória que é todo um programa de acção (o seu programa de acção): «Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro».

Além de «Esteiros», escreve outro romance: «Engrenagem» (que deixou por rever), «Refúgio Perdido» (crónicas) e «Contos Vermelhos».

O ensaísta Casais Monteiro, ocupando-se deste autor que muito admirava, sintetiza deste modo feliz o que pensa da sua escrita e da sua pessoa (que não separa nunca): «Só se fala bem daquilo que se ama — mas que se ama com o coração e não apenas com a cabeça».

Foi, agora, homenageado, como dissemos, vinte e cinco anos depois da sua morte. Em Alhandra, seu centro de «combate», organizou-se uma exposição bibliográfica, compareceram amigos e admiradores de vários países que comovidamente o recordaram, e deu-se o seu nome a um jardim. Não foi muito, mas foi com amor — tal como ele actuou sempre na vida na sua luta constante pela libertação do homem.

[illegible]ng, disc[illegible]